MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 6º D E - 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C Art Cav/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO)

CONTRATAÇÃO DIRETA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

INEXIGIBILIDADE N.º 90001/2024

NUP 64556.002877/2024-17

OBJETO:

Edital para contratação do SERVIÇO DE FORNECIMENTO DEÁGUA E COLETA DE ESGOTO, na modalidade CONTRATAÇÃO DIRETA por INEXIGIBILIDADE para atender as necessidades do 25º Grupo de Artilharia de Campanha (UG 160361).

→ Encaminhe-se o Processo a Conformidade dos Registros de Gestão do 25º GAC.

→ SALC, de 30 de AGO de 2024.

LEONARDO ALENCAR SILVA PIMENTEL – 2º Ten
Chefe da SALC

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 01
2ª SGC - SALC

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

* Lista 1 – Preenchida em **todas** as contratações diretas;
* Lista 2A – Preenchida em contratação por **inexigibilidade**;
* Lista 2B – Preenchida em contratação por **dispensa**;
* Lista 3A– Preenchida para **aquisições,** tanto por inexigibilidade como dispensa;
* Lista 3B – Preenchida para **serviços**, tanto por inexigibilidade como dispensa.

TIPO DE CONTRATAÇÃO	LISTAS A SEREM PREENCHIDAS
Inexigibilidade para aquisição	Lista 1 Lista 2A Lista 3ª
Inexigibilidade para serviço	Lista 1 Lista 2A Lista 3B
Dispensa para aquisição	Lista 1 Lista 2B Lista 3ª
Dispensa para serviço	Lista 1 Lista 2B Lista 3B

Notas explicativas

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 e pela IN SEGES/ME nº 67/2021 às hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica[1].

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 02
DGP - GAC - SALC

mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

Foram elaboradas 5 **(cinco) listas** distintas.

A primeira traz os elementos **comuns** que devem constar em todos os procedimentos de contratação direta.

Além do preenchimento da primeira lista, o agente deverá preencher obrigatoriamente uma das duas listas seguintes, conforme se trate de inexigibilidade ou dispensa, ou seja, deverá preencher a lista 2A ou a lista 2B.

Finalmente, também deverá preencher uma ou mais listas das duas seguintes, que trazem elementos **específicos** de verificação a depender do objeto da contratação (3A aquisição e 3B serviços em geral).

As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO <u>COMUM</u> A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[2]	Resposta	10/11
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[3]	Resposta	12
A autoridade competente designou os agentes publicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[4]	Resposta	14 /19
Consta documento de formalização de demanda?[5]	Resposta	23

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 02
GAC - SALC

mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

Foram elaboradas 5 **(cinco) listas** distintas.

A primeira traz os elementos **comuns** que devem constar em todos os procedimentos de contratação direta.

Além do preenchimento da primeira lista, o agente deverá preencher obrigatoriamente uma das duas listas seguintes, conforme se trate de inexigibilidade ou dispensa, ou seja, deverá preencher a lista 2A ou a lista 2B.

Finalmente, também deverá preencher uma ou mais listas das duas seguintes, que trazem elementos **específicos** de verificação a depender do objeto da contratação (3A aquisição e 3B serviços em geral).

As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO <u>COMUM</u> A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[2]	Resposta	10/11
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[3]	Resposta	12
A autoridade competente designou os agentes publicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[4]	Resposta	14 /19
Consta documento de formalização de demanda?[5]	Resposta	23

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 33
25º GAC - SALC

Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[6]	Resposta	25
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[7]	Resposta	22
Há Estudo Técnico Preliminar?[8]	Resposta	26
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[9]	Resposta	26/27
Há Análise de Riscos?[10]	Resposta	33
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?[11]	Resposta	-
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[12]	Resposta	-
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[13]	Resposta	-
Há termo de referência?[14]	Resposta	32/32
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[15]	Resposta	-
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Resposta	-
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[16]	Resposta	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?[17]	Resposta	64
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	Resposta	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[18]	Resposta	-
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?[19]	Resposta	88

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 04
3º GAC - SALC

Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?[20]	Resposta	66
Houve a autorização da autoridade competente?[21]	Resposta	86
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?[22]	Resposta	–

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica demonstrando a inviabilidade de competição?[23]	Resposta	59
Houve justificativa do preço com base no regulamento pertinente?[24]	Resposta	62
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, consta documento idôneo capaz de comprovar a exclusividade?[25]	Resposta	
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, foi observada a vedação de preferência por marca específica?[26]	Resposta	–
Tratando-se de contratação de profissional do setor artístico por meio de empresário exclusivo com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, consta documento idôneo que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação, no País ou em Estado específico, sem limitação a evento ou local específico?[27]	Resposta	–
Tratando-se de serviço técnico especializado com base no art. 74, III, da Lei 14133/21, com observância da vedação de contratar serviços de publicidade e divulgação, consta cláusula vedando a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade?[28]	Resposta	–
Tratando-se de aquisição ou locação de imóvel com base no art. 74, V, da Lei 14133/21, consta avaliação prévia do bem; certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; e justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela?[29]	Resposta	–

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B – VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 06
25º GAC - SALC

		que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	Resposta	
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021?[30]	Resposta	
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?[31]	Resposta	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?[32]	Resposta	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa?[33]	Resposta	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?[34]	Resposta	
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento? [35]	Resposta	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3A - VERIFICAÇÃO <u>ESPECÍFICA</u> PARA <u>AQUISIÇÕES</u> POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 66
25º GAC - SALC

		a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?[36]	Resposta	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?[37]	Resposta	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[38]	Resposta	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?[39]	Resposta	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?[40]	Resposta	
Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?[41]	Resposta	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3B - VERIFICAÇÃO <u>ESPECÍFICA</u> PARA CONTRATAÇÃO DE <u>SERVIÇOS EM GERAL</u> POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?[42]	Resposta	–
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[43]	Resposta	–
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?[44]	Resposta	–
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?[45]	Resposta	–

[1] ON AGU 69/2021: "Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, E § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às

...ITO BRASILEIRO
FL 04
25º GAC - SALC

contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

[2] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

[3] Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

[4] Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

[5] O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[6]. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, incluindo os incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

[7] Art. 18 da Lei 14133/21

[8] Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21

[9] Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

[10] Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

[11] Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.

[12] Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

[13] Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

[14] Art. 72, I, da Lei 14133/21

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL
2º GAC - SALC

[15] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[16] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[17] Art. 72, IV, da Lei 14133/21; art. 5º, IV e §1º, da IN Seges 67/21
[18] Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000".
[19] Art. 72, V, da Lei 14133/21.
Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: "Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo." A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).
[20] Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.
[21] Art. 72, VIII, da Lei 14133/21 c/c art. 5º, VIII e §2º, da IN nº 67/2021
[22] Art. 82, §6º, da Lei 14133/21; art. 4º, IV, da IN SEGES 67/2021
[23] Art. 74 da Lei 14133/21 e Art. 7º, §3º, da IN Seges nº 65/21
[24] Art. 72, II e VII, e art. 23, §§1º, 2º e 3º da Lei 14133/21; art. 7º, §1º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021
[25] Art. 74, §1º, da Lei 14133/21
[26] Art. 74, §1º, da Lei 14133/21
[27] Art. 74, §2º, da Lei 14133/21
[28] Art. 74, §3º, da Lei 14133/21
[29] Art. 74, §5º, da Lei 14133/21
[30] Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14133/21; art. 7º, §4º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021
[31] Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei 14133/21; art. 7º, §1º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021
[32] Art. 75, §1º, da Lei 14133/21
[33] Art. 75, §3º, da Lei 14133/21; art. 6º da IN Seges nº 67/21.
[34] art. 75, §4º, da Lei 14133/21
[35] art. 75, §4º, da Lei 14133/21
[36] Art. 40, II, da Lei 14133/21
[37] Art. 40, V, "a", da Lei 14133/21
[38] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[39] Art. 41, I, da Lei 14133/21
[40] Art. 41, III, da Lei 14133/21
[41] Art. 44 da Lei 14133/21
[42] Art. 47, I, da Lei 14133/21
[43] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[44] Art. 48 da Lei 14133/21

[45] Art. 49 da Lei 14133/21

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 69
2ª GAC / SAI

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
GRUPO LEITE DE CASTRO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

NUP 64556.002877/2024-17

Em conformidade com o disposto no Art. 74, da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021, faço a abertura dos trabalhos atinentes ao processo de Inexigibilidade de Licitação n° 90001/2024, referente a prestação de serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto pela Departamento de Água e Esgoto de Bagé, CNPJ – 90.940.172/0001-38, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Bagé, RS, 11 de junho de 2024.

LEONARDO ALENCAR SILVA PIMENTEL - 2° Ten
Ch da SALC

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 11
25º GAC - SALC

(Nota nº 58820, de 4 de julho de 2024, da(o) Fisc Adm)

b. DESLOCAMENTO E RETORNO DE MILITAR

Informação

Deslocou-se para a cidade de Guaíba-RS, em 031200 JUL 24, a fim de transporte de material para a Operação Taquari II, retornando em 041400 JUL 24.

2º Sgt VÁGNER **GARIBALDI** DA SILVA
Cb EP MATHEUS **SANTANA** BARCELOS

- Em consequência o S1, o Fisc Adm, o Cmt SU, SPP e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

c. ADITAMENTO AO BOLETIM INTERNO - Distribuição

ADITAMENTO DO SETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Com o presente Boletim Interno é distribuído o Aditamento **Nº 20,** versando sobre a 2ª corrida do pagamento, referente ao mês de julho de 2024 - SIPPES/SIAPES.

- Em consequência, o S1, o SPP e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

d. ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Autorização

De acordo com os fundamentos legais da Lei Geral de Licitações 14.133/21, art. 74, do inciso I, autuo nesta data o Processo Administrativo, conforme abaixo discriminados, na modalidade de Contratação Direta, prevista no art. 74, do inciso I.
Dispensa de Licitação: 01/2024
Nº do processo: 64556.002877/2024-17; e
Objeto: Inexigibilidade de Licitação para Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto.

- Em consequência, o Ch SALC, o Almoxarife, e os demais interessados, tomem conhecimento e as devidas providências.

e. PROCESSO ADMINISTRATIVO

Decisão

O 25º Grupo de Artilharia de Campanha, em decorrência do Processo Administrativo nº 64556.001790/2024-22 instaurado pela portaria nº 002-Secretaria, de 18 ABRIL 24, regulado pela Lei Geral de Licitações e subsidiariamente pela Lei 9.784/99, para apurar inexecução contratual, prevista nos Art. 66 a 68, da Lei 8.666/93, com sanções previstas nos Art. 80 e 87 da mesma e Lei 10.520/02 em se tratando de aquisições de material/serviço através de licitação por Pregão Eletrônico - da empresa **PAULO HENRIQUE DO AMARAL FELINI, CNPJ: 46.531.480/0001-18**, resolve o seguinte:
a) Multar e empresa em 10%, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação (R$ 480,00), totalizando R$ 48,00; e
b) Aplicar a Sanção de Impedimento de Licitar e contratar com a administração pelo período de 01 ano

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25° GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
CMS – 6ª DE – 3ª BDA C MEC
GRUPO DE LEITE DE CASTRO

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 12 25° GAC - SALC

Justificativa para a Adoção da Forma de Processo Digital na Contratação da DAEB

A contratação de energia elétrica pelo 25° Grupo de Artilharia de Campanha deve ser realizada de maneira eficiente, transparente e segura. A adoção de um processo digital para esta contratação apresenta diversas vantagens que vão ao encontro das melhores práticas de gestão pública e dos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

- **Transparência:** A digitalização do processo de contratação permite maior transparência nas etapas de seleção, contratação e execução. Todos os documentos e ações ficam registrados e disponíveis para auditoria e consulta pública.
- **Rastreabilidade:** Cada passo do processo é registrado, possibilitando a rastreabilidade e garantindo que todas as decisões e ações sejam documentadas e justificáveis.
- **Redução de Burocracia:** Processos digitais eliminam a necessidade de documentos físicos, acelerando o fluxo de trabalho e reduzindo a burocracia.
- **Agilidade nas Aprovações:** Aprovações e revisões podem ser feitas eletronicamente, o que diminui o tempo necessário para cada etapa do processo.
- **Integridade dos Dados:** Sistemas digitais garantem a integridade e autenticidade dos documentos, reduzindo o risco de fraudes e alterações indevidas.
- **Acesso Controlado:** Controle de acesso rigoroso, com autenticação de usuários, assegura que somente pessoas autorizadas possam acessar e alterar documentos.
- **Redução de Papel:** A digitalização contribui significativamente para a redução do uso de papel, alinhando-se com práticas sustentáveis e políticas ambientais.
- **Economia de Recursos:** Redução de custos com impressão, armazenamento e transporte de documentos físicos.
- **Monitoramento em Tempo Real:** Sistemas digitais permitem o monitoramento em tempo real do andamento do processo, facilitando a gestão e a fiscalização.
- **Relatórios Automatizados:** Geração automática de relatórios e indicadores de desempenho, permitindo uma análise mais precisa e rápida.
- **Atendimento à Legislação:** A adoção de processos digitais está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que incentiva o uso de tecnologias que promovam maior eficiência, controle e transparência nas contratações públicas.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25° GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
CMS – 6ª DE – 3ª BDA C MEC
GRUPO DE LEITE DE CASTRO

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 13 25° GAC - SALC

⑩ **Normativas Específicas:** O uso de sistemas digitais para contratações está em consonância com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que regulamenta a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e a utilização do Sistema ETP digital.

Em atenção ao Decreto nº 8.539/15 e ao Art. 12º, Inciso VI, da Lei 14.133/21, apesar da determinação para adoção do processo administrativo na forma eletrônica, até o momento, o Exército Brasileiro não expediu norma ou apresentou sistema que possibilitasse a esta UASG subordinada utilizar o referido meio, fazendo-se necessária a continuação do processo administrativo digital. Assim, a adoção do processo digital para a contratação da DAEB para fornecimento de água e coleta de esgoto para o 25° GAC é justificada pela maior transparência, eficiência, segurança, sustentabilidade e conformidade legal que proporciona. Este modelo de contratação não só atende às exigências legais, mas também promove uma gestão pública mais moderna e eficiente, beneficiando tanto a administração quanto a sociedade.

Bagé-RS, 11 de junho de 2024.

MARCELO DA SILVA MÜLLER – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 25° GAC

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 14 2ª SGAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CARTEIRA DE IDENTIDADE MILITAR

NOME
MARCELO DA SILVA MÜLLER

NR REGISTRO
013091424

POSTO / GRAD / CAT / VINC
TENENTE-CORONEL

A NASCIMENTO
/10/1980

CPF
80233473068

EX
3960150 00



ASSINATURA DO TITULAR



FILIAÇÃO
VELOCINO REZER MÜLLER
ILVORIDA DA SILVA MÜLLER

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

NATURALIDADE / UF
SÃO FRANCISCO DE ASSIS / RS

DOC ORIGEM
REG CAS Nº 3123, CART REGIFL-PE, DO [illegible] DE [illegible]
FL 163, EXP10 DEZ 09.

DEFESA

OBSERVAÇÕES
VÁLIDA COMO PORTE DE ARMA, ACOMPANHADO DO REGISTRO DE ARMA DE FOGO.

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO
BRASÍLIA/DF, 27/10/2022

VALIDADE
26/10/2032

EVANDRO DUTRA ALVES - Cel
Chefe do Sv Idt Ex

DOCUMENTO DE IDENTIDADE DE USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO - DE UTILIDADE PÚBLICA E VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - (DECRETO Nº 8.518, DE 18/09/2015

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 16
25º GAC - SALC

- do 6º GAC (Rio Grande RS), o Ten Cel ART (0130535941) RODRIGO SOUZA LOPES DE ABREU;
- do 7º GAC (Olinda PE), o Ten Cel ART (0130887649) EDWARDO COELHO DE OLIVEIR;
- do 9º GAC (Ninópolis MS), o Ten Cel ART (0130572340) ALEXANDRE BATISTA LEITE JUNIOR;
- do 10º GAC Sl (Boa Vista RR), o Ten Cel ART (0204068644) GUILHERME TADEU DANTAS ANTELICE;
- do 14º GAC (Pouso Alegre-MG), o Ten Cel ART (0130588447) CARLOS EDUARDO TAVARES DE LIMA;
- do 15º GAC AP (Lapa-PR), o Ten Cel ART (0130572845) EDUARDO LUIZ BIAVASCHI;
- do 18º GAC (Rondonópolis-MT), o Ten Cel ART (0130568744) DÉVID NETO DE OLIVEIRA;
- do 19º GAC (Santiago-RS), o Maj ART (1139392847) DIOGO BRICIO ALVES;
- do 21º GAC (Niterói-RJ), o Ten Cel ART (0130887243) CESAR BONFIM MENINE CAMELO PRODOSCIMO;
- do 25º GAC (Bagé-RS), o Ten Cel ART (0130914245) MARCELO DA SILVA MÜLLER;
- do 27º GAC (Ijuí-RS), o Maj ART (0216470443) DOUGLAS LUIS DA SILVA;
- do 28º GAC (Criciúma-SC), o Ten Cel ART (0130537848) LUCIANO AMERICO FONSECA DE SOUZA;
- do CI Art Mv Fgt (Formosa-GO), o Ten Cel ART (0130814948) ALEXANDRE BORGES VILLA TREINTA;
- do C Log Mnt Fgt (Formosa-GO), o Cel SV INT (0113963847) DIONISIO CARVALHO MOREIRA;
- do 16º GMF (Formosa-GO), o Ten Cel ART (1010729141) FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENN;
- do 1º GAAAe (Rio de Janeiro-RJ), o Maj ART (0112337558) CARLOS EDUARDO DOS SANTOS COSTA;
- do 3º GAAAe (Caxias do Sul-RS), o Ten Cel ART (0130531045) GEORGE VENCE FIRST;
- do 12º GAAAe S (Manaus-AM), o Maj ART (0211643844) IRAMAR LOURIVAL JUNIOR;
- do 2º BEC (Teresina-PI), o Ten Cel ENG (0114817043) CARLOS ALBERTO GALVÃO MAGALHÃES;
- do 5º BEC (Porto Velho-RO), o Ten Cel ENG (0130548340) JONAS SANTOS SILVA JUNIOR;
- do 6º BEC (Boa Vista-RR), o Ten Cel ENG (0623562949) CADSON DE SOUZA BARBOZA;
- do 7º BEC (Rio Branco-AC), o Ten Cel ENG (1010954145) ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO;
- do 8º BEC (Santarém-PA), o Maj ENG (0216471847) FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO;
- do 9º BEC (Cuiabá-MT), o Maj ENG (0216458943) JOÃO PAULO CARVALHO DE ALENCAR;
- do 3º BE Cmb (Cachoeira do Sul-RS), o Ten Cel ENG (0111655247) GUSTAVO HUMBERTO DOS SANTOS COSTA;
- do 5º BE Cmb Bld (Porto União-SC), o Maj ENG (0216455949) DIEGO DA SILVA AGOSTINI;
- do 1º B Fv (Lages-SC), o Ten Cel ENG (0130913643) HUDSON MACHADO MOREIRA;
- do 21º Cia E Cnst (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel ENG (0114815244) JOSINALDO LOPES DE MENESES;
- do 1º B Com (Santo Ângelo-RS), o Ten Cel COM (0130538242) PLÁCIDO GARCIA TRAVASSOS DOS SANTOS;
- do 6º B Com (Bento Gonçalves-RS), o Ten Cel COM (0858845530) RODRIGO LUÍS ROSA DA SILVA;
- do Nu 5º B Com (Curitiba-PR), o Ten Cel COM (0130539943) JAIRO DINIZ GUERRA;
- da EsCom (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0114793748) FÁBIO DOS ANJOS DE SANTANA;
- do 1º BGE (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0130915549) FABRICIO AVILA GUIMARÃES;
- do 4º CTA (Manaus-AM), o Ten Cel COM (0196108135) SERGIO RICARDO MARTINS ROSA;
- do 6º CTA (Campo Grande-MS), o Ten Cel QEM Comat (0111576740) MARLOS DE MENDONÇA CORRÊA;
- do 7º CTA (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0114800949) ANDERSON LELLIS ALVES MOURA;
- do 11º CT (Curitiba-PR), o Cel QEM Mec Auto (0112600846) TRAJANO ALENCAR DE ARAUJO COSTA;
- do 21º CT (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel COM (0130541642) BRUNO FERNANDES DE MAGALHÃES;
- do 51º CT (Salvador-BA), o Cel QEM Eit (0204714448) HUMBERTO CARDOSO DA COSTA;
- do 9º B Mnt (Campo Grande-MS), o Ten Cel QMB (0130541147) RODRIGO ALVES DE MACEDO;
- do BCMS (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QMB (0195984232) JONATHAS DA COSTA JARDIM;
- do B Mnt Sup AAAe (Osasco-SP), o Maj ART (1126992849) RODRIGO LEONARDO DE SENA;
- do 2º CGCFEx (São Paulo-SP), o Ten Cel SV INT (0925734542) ANDRIGSON BARBOSA OZUNA;
- do 4º CGCFEx (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (0130547342) ULISSES DA SILVA BARALDO;
- do 6º CGCFEx (Salvador-BA), o Cel SV INT (0111576948) MAURO PEREIRA DE MATTOS;
- do 9º CGCFEx (Campo Grande-MS), o Cel SV INT (0204729347) ANDERSON CLEYTON DA SILVA;
- do 10º CGCFEx (Fortaleza-CE), o Ten Cel SV INT (0114815640) LEONARDO DE CARVALHO PIRES;
- do 18º B Trnp (Campo Grande-MS), o Ten Cel SV INT (0114797947) ROBSON JOSÉ OLIVEIRA;
- do 5º B Sup (Curitiba-PR), o Ten Cel SV INT (0130912348) SINDERLEY JUNIOR FERREIRA DA PAZ;
- do 12º B Sup (Manaus-AM), o Maj SV INT (0216465948) ANDRE LUIS GOUVEIA NEVES;
- do 1º D Sup (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel SV INT (0130575046) DIRCEU GOMES DE OLIVEIRA;
- do 4º D Sup (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (0130889546) ALEXSANDRO ARRUDA DA ROCHA;
- do DSSM (Santa Maria-RS), o Maj SV INT (0216479147) VANDERLEI JOSÉ BORTOLI;
- do 2º B Log Sl (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Maj INF (0216455444) CLODOALDO PIRES FILHO;
- do 4º B Log (Santa Maria-RS), o Ten Cel INF (0130542343) JONAS MOLZ;
- do 8º B Log (Porto Alegre-RS), o Maj CAV (0333345643) MIGUEL MEDEIROS VIANNA;
- do 14º B Log (Recife-PE), o Ten Cel INF (0318549748) HUMBERTO ANDRE PRAZERES GUAITA;
- do 20º B Log Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130296544) VANDERSON MOTA DE ALMEIDA;
- do 22º B Log L (Barueri-SP), o Ten Cel CAV (1010936548) JOÃO PAULO DA SILVA NUNES;
- do 28º B Log (Dourados-MS), o Ten Cel INF (0130300247) JOSÉ MAURO DE MOURA ALVES JUNIOR;
- do IDQBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QEM Cmc (0115405847) LEONARD BARBOZA RODRIGUES;
- do CA-Leste (Rio de Janeiro-RJ), o Maj INF (0216484840) JAIRO LUIZ FREMOLING FARIAS JÚNIOR;
- do 1º BF Esp (Goiânia-GO), o Ten Cel CAV (0925798340) MARCELO DIAS MONTEIRO;
- do 1º B Op Psc (Goiânia-GO), o Ten Cel INF (0114804847) GUILHERME MARQUES ALMEIDA;
- da 1ª Cia F Esp (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0114795248) HÉLIO FERREIRA LIMA;
- do 3º B Av Ex (Campo Grande-MS), o Ten Cel CAV (0130538846) ALEXANDRE MARTINS BORGES CAMPOS;
- do 1º Btl DQBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0114578743) ANDRÉ LUIZ BIFANO DA SILVA;
- do 6º B Intlg Mil (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (1127283842) ANDRE LUIS DA COSTA BRANDÃO;
- do Nu 1º B Intlg Mil (Porto Alegre-RS), o Ten Cel CAV (0333198448) ISAAC PEREIRA JUNIOR;
- do CPOR / PA (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0309873941) VLADSON RANCKE DA SILVA;
- do CPOR / RJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114831746) ÍCARO PEREIRA MACHADO;
- do CEADEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130915044) CHRISTIANO MARINS ANSELMO PINHEIRO;
- do C Inf Ex (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (0114834948) RODRIGO DO VALLE MACEDO;
- do CPAEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130570740) EKTOR SIMON MONTEIRO INDÁ;
- do AHEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130283849) ARTUR MAGNO DE CASTRO RANGEL;
- do IPCFEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0522153147) HÉLIO GONÇALVES CHAGAS DE MACEDO;
- do BCSv/ESA (Três Corações-MG), o Ten Cel INF (0130541048) PEDRO SANTORO COSTA DA SILVA;
- do AGR (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Mec Armt (0115393944) CARLOS FREDERICO DE MATOS CHAGAS;
- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QMB (0130880040) CARLOS ADRIANO ALVES DE TOLEDO;
- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador-BA), o Ten Cel QMB (0130565443) NEWMAR SCHMITT;
- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife-PE), o Ten Cel QMB (0130542749) PAULO HENRIQUE PUEHRINGER;
- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus-AM), o Maj QMB (0216454348) ÁTILA ALVES DE SOUZA;
- da CRO / 2ª RM (São Paulo-SP), o Ten Cel QEM FC (0115422140) EMANUEL OLIVEIRA SILVA;
- da CRO / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QEM FC (0115424244) MARCIO LEANDRO BURIGO;
- da CRO / 8ª RM (Belém-PA), o Ten Cel QEM EL (0115406241) CHARLES WLADIMIR DE ALMEIDA OLIVEIRA;
- do 2º CGEO (Brasília-DF), o Ten Cel QEM Cart (0115407140) RICARDO DA SILVA VIEIRA;
- do 3º CGEO (Olinda-PE), o Ten Cel QEM Cart (1275403135) CARLOS YOSHIO MORITA;
- do 5º CGEO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QEM Cart (0195916739) ALEXANDRE DANTAS SOARES COUTINHO;
- da B Adm Curado (Recife-PE), o Ten Cel INF (0130540149) MARIO GUSTAVO KNAUF;
- da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0130912542) EDER JOSÉ CADORIN;
- da B Adm Ap/5ª RM (Curitiba-PR), o Cel CAV (0204739148) RENATO CUNHA MELLO;
- da B Ap R Bauru (Bauru-SP), o Ten Cel INF (0195457239) ALESSANDER ANASTACIO FLEXA;
- da B Ap R Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), o Ten Cel INF (0194795035) FABRICIO PIRES CONSTANTINO DA SILVA;
- da B Adm / CComGEx (Brasília-DF), o Cel COM (0113984843) FLÁVIO OLIVEIRA DA SILVA NETTO;
- da B Adm Bda Inf Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0196615538) BELMIRO ANTONIO DE SOUZA NETO;
- do CGEA (Petrópolis-RJ), o Cel INF (0111548442) REGINALDO ROSA DOS SANTOS;
- da Graf Ex (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0113968945) PEDRO EDGAR DOS SANTOS;
- do H Mil A CAMPO GRANDE (Campo Grande-MS), o Ten Cel MED (0115340531) PAULO CESAR DOS SANTOS FARIA;
- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre-RS), o Ten Cel MED (1028732541) PEDRO LEOPOLDO ROUQUAYROL;
- do H Mil A RECIFE (Recife-PE), a Ten Cel MED (0114763048) ANDREA GUIMARÃES GURGEL;
- do H Ge CURITIBA (Curitiba-PR), a Ten Cel MED (0114769342) SIMONE ABREU;
- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza-CE), a Ten Cel MED (1010284147) ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA;
- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0130591548) SAVIO REDER DE SOUZA;
- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis-SC), a Ten Cel MED (0130959943) ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER;
- do H Gu NATAL (Natal-RN), a Cel QCO Enf (0623590544) JOSIANY BEZERRA DANTAS;
- do H Gu PORTO VELHO (Porto Velho-RO), o Ten Cel FARM (0195571831) CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA;
- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel FARM (0827810946) MARCELO DOS SANTOS STORCH;
- do H Gu TABATINGA (Tabatinga-AM), o Ten Cel FARM (0131590648) RONALDO ROCHA DOS SANTOS;
- do H Gu SANTIAGO (Santiago-RS), o Ten Cel QCO Enf (0115120446) ADEMIR JONES ANTUNES DORNELES;
- da Pcia MPV (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0130958242) ANA PAULA CARVALHO REIS;
- da Pcia MRJ (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0130456247) ANA ANGÉLICA DE FREITAS ALVES;
- do LQFEx (Rio de Janeiro-RJ), a Cel FARM (0115371346) CRISTIANE CAMPOS DA SILVA;
- do CIB (Butiá-RS), o Ten Cel CAV (0317745446) CARLOS EDUARDO GONÇALVES RAMOS; e
- do CIMNC (Recife-PE), o Ten Cel INF (0420097644) DEACIR ALVES DE ALMEIDA JUNIOR; e
- da Coud Rincão (São Borja-RS), o Ten Cel CAV (0858982135) LEANDRO SICORRA WILEMBERG.

Gen Ex TOMAS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 17 25º GAC - SALC

c. Fim da Missão: 071845 JUL 24; e

d. Nº Dias: 12.

Sd EP **MICHEL** GARCIA
Sd EV ERIK DA SILVA **VIEIRA**
Sd EV **MAXWELL** FERREIRA DA COSTA

- Em consequência, o SPP efetue o saque de Gratificação de Representação aos militares acima, conforme autorizado Adt Adm nº 09 ao Boletim do CMS Nº 18, de 13 MAIO 24.

(Nota nº 59111, de 18 de julho de 2024, da(o) Fisc Adm)

d. SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (SCARPD - NÍVEL C)

Nomeação

Conforme determinado nas Instruções Reguladoras do Sistema Arquivístico do Exército Brasileiro (EB60-IR-05.002), 1ª Edição, 2024, aprovadas pela Portaria - DECEx / C Ex nº 462, de 14 MAR 24, publicadas no Boletim do Exército (BE) nº 12, de 22 MAR 24, nomeio os militares abaixo relacionados para compor a Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos (SCPAD):

a. A presente comissão deverá ter como documento de referência as Instruções Reguladoras do Sistema Arquivístico do Exército Brasileiro (EB60-IR-05.002), 1ª Edição, 2024, para a realização dos trabalhos de avaliação e controle da documentação do Grupo; e
b. A presente comissão deverá atentar para que a elaboração da Listagem de Documentos e sua remessa ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx) ou a informação da não existência da referida listagem ocorra até o dia **15 de agosto de 2024**, conforme o DIEx nº 451-E1/ChEM/EMG, de 25 de junho de 2024.

1º Ten RODRIGO RODRIGUES **MÁXIMO** DA CRUZ
Asp VICTOR **DAMASCENO** DA SILVA
Asp **RAFAEL** AJAMIR **MORET** DE MELO
S Ten ALEXANDRE **BARBOSA** RODRIGUES
1º Sgt NÍCULAS **PIERRE** LEITE DOS SANTOS
1º Sgt GILBERTO VELASQUE **BRAZ**
2º Sgt **PABLO MARTINS** TEIXEIRA

- Em consequência, o 1º Ten **MÁXIMO,** Asp O **DAMASCENO**, Asp O **RAFEL MORET**, S Ten **BARBOSA**, 1º Sgt **PIERRE** o 1º Sgt **BRAZ** e o 2º Sgt **PABLO MARTINS** tomem conhecimento e as providências necessárias à avaliação dos documentos ostensivos do Grupo.

e. NOMEAÇÃO DE COMISSÃO - Publicação

1. Em consonância com o previsto no §2º do art. 22 das Instruções Normativas 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e com a formalização da demanda, designo o 1° Ten Cavacalnte e o 3º Sgt Teodoro, para comporem a Equipe de Planejamento para a inexigibilidade do serviço de energia elétrica, água e esgoto e Correios para suprir as necessiades do 25° GAC. Sendo assim, os militares serão responsáveis pela elaboração dos Estudos Preliminares da referida contratação em prol desta Unidade Gestora, bem como o mapa de risco do estudo.
2. Desta forma, para elaboração do Estudo Preliminar deverá ser observado o previsto na IN SEGES 58/2022. Salienta-se a importância em verificar a estimativa coerente, sendo recomendado elaborar uma planilha contendo as informações pertinentes aos materiais a serem adquiridos.

3. Informo, ainda, que após dada a ciência ao militar, tais designações serão formalmente publicadas em Boletim Interno da OM.

- Em consequência, o S1, o Fisc Adm, os militares nomeados tomem conhecimento e as devidas providências.

f. SAQUE DE QUANTITATIVOS

Saque de Quantitativos para amanhã

De acordo com o parágrafo 2º, do Art 5º, do Capítulo I, das Normas de Procedimentos para o Serviço de Aprovisionamento:

a) a Fiscalização Administrativa providencie o saque dos seguintes quantitativos e complementos referentes às etapas completas:

- Para o dia 19 JUL 24:

Oficiais (QR)	S Ten/Sgt (QR)	Cb/Sd (QR)
18	57	299

b) o Serviço de Aprovisionamento confeccione as refeições correspondentes às seguintes etapas reduzidas:

- Para o dia 19 JUL 24:

Café	Almoço	Jantar
322	374	182

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

a. ALTERAÇÃO DE PRAÇA

REFERÊNCIA ELOGIOSA - Aprovação

"No momento em que se afasta do convivo do 25º GAC, por motivo de sua transferência para o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda, é por dever de justiça que consigno a presente referência elogiosa ao 3º Sgt FELIPE DA SILVA BELTRÃO ALCIDES, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a esta OM, durante o período em que aqui serviu.

Ao apresentar-se em 13 de fevereiro de 2021, após o ter se formado na Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) na cidade do Rio de Janeiro-RJ, adaptou-se rapidamente a rotina do grupo Leite de Castro e trouxe consigo um inigualável espírito de camaradagem o qual contribuiu para que cumprisse com excelência as funções que desempenhou. Durante seu tempo de serviço no 25º GAC, desempenhou de maneira exemplar as funções Chefe de garagem das 1ª Bateria de Obuses e da 2ª Bateria de Obuses. O militar exerceu todas as funções com magnificência, em virtude da sua dedicação, responsabilidade e abnegação, contribuindo para manter as prontidão e operacionalidade do grupo no quesito de transporte e manutenção de viaturas.

Em atividades de campanha participou do Operação Manotaço, Operação Fogo, Operação Palheiro, Operação Cargueiro e Campo Básico, Operações que exigiram preparo físico e mental para que fossem executadas com excelência por parte do 3º Sgt Beltrão. Além disso participou de maneira exemplar nas instruções básicas e de qualificação dos militares do efetivo variável do Grupo, sendo peça fundamental na formação do soldado. Realizou ainda o Estágio de Explosivos, Munições e Destruições de Engenhos Falhados e Empaiolados, demonstrando sua constante busca por aperfeiçoamento profissional.

CÓPIA AUTÊNTICA – MINISTÉRIO DA DEFESA – **Exército Brasileiro 25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA (Corpo de Artilharia a Cavalo/1831) GRUPO LEITE DE CASTRO** – CERTIFICO, que consta no Boletim Interno do 25º GAC, referente à Passagem de Carga, cargo e Encargos- NO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO – Boletim Interno nº 78, de 24 de abril de 2024 3ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS (...) e. PASSAGEM DE CARGA, CARGO E ENCARGOS Participação O 2º Ten LEONARDO ALENCAR SILVA **PIMENTEL**, da 2ª Bia O, participou que recebeu a carga, os cargos e os encargos de para a passagem da carga, do cargo e dos encargos de Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, no dia 16 ABR 24, do 1º Ten GEAN RODRIGUES **ZAMBRANO**, do EM, conforme o publicado na letra "e", no item nº 2, da 3ª Parte do Boletim Interno nº 72, de 15 ABR 24. 1º Ten GEAN RODRIGUES **ZAMBRANO** 2º Ten LEONARDO ALENCAR SILVA **PIMENTEL** - Em consequência, o S1, o Fisc Adm, os Cmt SU e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências. CONFERE COM O ORIGINAL, Quartel em Bagé, 21 de maio de 2024, Eu, LEONARDO **SERRA** RIBEIRO, Chefe da 1ª Seção do 25º Grupo de Artilharia de Campanha – GRUPO LEITE DE CASTRO, mandei passar a presente cópia autêntica que vai datada, assinada e autenticada com o Selo Nacional.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 19
25º GAC - SALC

LEONARDO SERRA RIBEIRO – Maj
Chefe da 1ª Seção do 25º GAC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ART CAV/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 20 25º GAC - SALC

REQUISIÇÃO Nº 131-Almx/Fisc Adm/25º GAC

NUP: 64556.002478/2024-56

Bagé, 11 de junho de 2024.

Do 1° Ten HENRIQUE **CAVALCANTE** DE LIMA - ALMOXARIFE
Ao Sr Ten Cel MARCELO DA SILVA **MÜLLER** – ORDENADOR DE DESPESAS
Assunto: Contrato DAEB – Inexigibilidade para Serviço de Água e Esgoto.
Referência: Art. 13 das IG 12-02 e Art. 72, inc. VIII da Lei 14.133/21
Anexo: Doc de Planejamento, Levantamento de preço e Termo de Referência.

1. Nos termos contidos nos Art. 12 e 13, das IG 12-02, solicito-vos providências, no sentido de aprovar a Requisição em que constam os serviços necessários para atender as necessidades logísticas de abastecimento de água potável e recolhimento de Esgoto sanitário para o cumprimento das atividades meio e fim do 25º Grupo de Artilharia de Campanha, onde constam os valores unitários das tarifas e taxas como sendo o valor referencial para o ano de 2024, para a futura contratação, resultante da atualização de valores constantes no sítio eletrônico oficial do Departamento de Água, Esgoto e Arroios de Bagé – DAEB.

2. Esta atividade é necessária em decorrência da atualização do contrato 02/2014 – NUP: 64556.000267/2014-15 | INEX 04/2014 – UASG 160361, em face da promulgação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 e da consequente revogação da Lei 9.666/93.

3. Nos termos do contido Art. 72, inc VIII e Art. 74, da lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e Art. 29 da Port. Ministerial Nr° 305, de 24 de maio de 1995 (IG 12-02) solicito-vos providências no sentido de aprovar a confecção de novo contrato de Inexigibilidade para contratação de Serviços essenciais para a vida vegetativa da OM, constante Termo de Referência.

HENRIQUE **CAVALCANTE** DE LIMA – **1º Ten**
Chefe do Almoxarifado

ENCAMINHAMENTO AO ORDENADOR DE DESPESAS

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 22
25º GAC SALC

Do Fiscal Administrativo

Ao Sr Ordenador de Despesas

Encaminho-vos a requisição Nr° 131-Almx/Fisc Adm/25° GAC, de 11 de junho de 2024, para aprovação, contendo relação com as necessidades de serviços para a realização de atualização do **Contrato de fornecimento de Água potável e recolhimento de esgoto doméstico.**

LUNÉLER PAIVA **ELIAS - Cap**
Fiscal administrativo

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 22
25º GAC SALC

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. De a acordo com Art. 72, Inc. VIII da lei 14.133/21, autorizo o início dos procedimentos administrativos de Contratação e determino a abertura do processo correspondente, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

2. O pregoeiro adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor e autue está requisição no respectivo Processo Licitatório.

Bagé-RS, 11 de junho de 2024

MARCELO DA SILVA **MÜLLER – Ten Cel**
Ordenador de Despesas

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 23
25º GAC - SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ART CAV/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O OBJETO: Serviço de fornecimento de água potável e recolhimento de efluentes domésticos para suprir a necessidade da manutenção da vida vegetativa do 25º Grupo de Artilharia de Campanha.

RECURSOS: Declaro que a previsão de recursos destinados para a aquisição do objeto deste processo tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, por ser um serviço essencial conforme Orientação Normativa da AGU nº 36/2011.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Os serviços a serem contratados são considerados serviços essenciais conforme a Orientação Normativa da AGU nº 36/2011 e a doutrina padrão do Direito Administrativo.

MOTIVAÇÃO: Cumprindo o previsto no Art. 72, inc. VIII da Lei nº 14.133/21, devido à clara necessidade de contratação de serviços de fornecimento de água potável e recolhimento de efluentes domésticos, uma vez que a OM não possuí capacidade de perfuração de poço artesiano por e da existência de previsão orçamentária, motivam-se os atos administrativos tomados neste processo para o cumprimento legal previsto para aquisições e contratações pelo setor público.

Bagé/RS, 13 de junho de 2024.

MARCELO DA SILVA MÜLLER – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 25º Grupo de Artilharia de Campanha

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 6ª D E - 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ArtCav/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 24
25º GAC - SALC

FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante: Almoxarifado	
Responsável pela demanda: Henrique **Cavalcante** de Lima	Identidade militar: 020.570.587-4
E-mail: almox@25gac.eb.mil.br	Telefone: (51) 98957-5595
1. Justificativa da necessidade da aquisição de material, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.	
O objeto a ser contratado por meio desta licitação visa atender as necessidades de ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E RECOLHIMENTO DE EFLUENTE DOMÉSTICO da OM. Através do processo administrativo, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, **nº S/nº (será gerado pela SALC) –UGG 160361 –**. para contratação destes serviços perante o Departamento de Águas, Esgotos e Arroios de Bagé – DAEB, conforme Lei municipal nº 1.559, de 24MAR69. Para tanto o processo de Inexigibilidade será gerido pelo 25º GAC, que tem responsabilidade pela contratação dos serviços necessários para manter a segurança, salubridade e o bom funcionamento das instalações pela qual é responsável em decorrência de sua autonomia administrativa perante a incompleta instituição da Base Administrativa da Guarnição de Bagé.	
2. Quantidade a ser contratada.	
Os itens mínimos componentes do futuro contrato, assim como suas quantidades estimativas, foram aferidas de acordo com o histórico de consumo de Água potável registrado diariamente no livro do Oficial de Dia e controlados pelo Encarregado do Setor Financeiro, conforme dados do RPCM dos últimos dois exercícios financeiros - elencados no ETP e Termo de Referência.	
3. Previsão de data em que deve ser **iniciada o Fornecimento dos itens.**	
A data prevista para o início da prestação do serviço é imediata, uma vez que este processo apenas resultará na atualização de contrato já existente e essencial para manutenção da vida vegetativa da OM.	
4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização.	
Membro da equipe de planejamento	**Fiscal Setorial**
Nome: Abraão da Silva **Teodoro** Identidade militar: Nome: **Alex Sandro** da Silva Silveira Identidade militar:	Nome: Identidade Militar: Nome (Substituto): Identidade Militar:
Bagé, 03 de junho de 2024 MARCELO DA SILVA **MÜLLER** – Ten Cel **Ordenador de Despesas**	

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 6ª D E - 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ArtCav/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 25
25º GAC SALC

ANEXO I

Este anexo reflete a necessidade de serviço de fornecimento de Água potável e recolhimento de esgoto doméstico, já levantadas previamente.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UND DE MED
1.	22845	Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário	Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário	UND

Compras.gov.br

Documento de Formalização da Demanda

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 20 25º GAC/SALC

Número do Documento de Formalização da Demanda: 11/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Almoxarifado	07/12/2024 00 00	160361	GEAN RODRIGUES ZAMBRANO

Descrição sucinta do objeto

Despesas de contratos do 25° GAC

2. Justificativa de necessidade

As despesas com contratos nas unidades do Exército Brasileiro, incluindo as contas de luz e água, são de extrema importância para a gestão financeira e administrativa das unidades militares. Essas despesas representam um montante significativo do orçamento destinado ao funcionamento das unidades e, portanto, devem ser gerenciadas de maneira eficiente para garantir o bom funcionamento das atividades e a otimização dos recursos financeiros.

A gestão adequada das despesas com contratos de serviços básicos, como água e luz, permite que o Exército Brasileiro possa direcionar seus recursos para outras áreas importantes, como a aquisição de equipamentos e a capacitação de pessoal. Além disso, um bom gerenciamento dessas despesas pode contribuir para a redução de custos e, consequentemente, para uma economia significativa de recursos públicos.

Para garantir a eficiência na gestão das despesas com contratos, é importante que as unidades militares realizem um planejamento cuidadoso, estabelecendo metas e objetivos claros para o uso dos recursos disponíveis. Também é fundamental que haja um controle rigoroso dos gastos, por meio de processos transparentes e criteriosos de acompanhamento e avaliação dos contratos firmados.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	SERVIÇOS RELATIVOS A ELETRICIDADE,GÁS, E A DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		1,00	468.000,00	468.000,00
2	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS		1,00	14.000,00	14.000,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

GUILHERME MAUAD MENEGAZ

Pregoeiro

GEAN RODRIGUES ZAMBRANO

Agente de contratação

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 21
25º GAC - SAL

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ART CAV/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO
Rua Padre Abílio Sponchiado, 680 – Bagé (RS) – CEP 96415-200
FONE: 053-3240-8300 – E-mail: comando@25gac.eb.mil.br

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 28 25º GAC - SALC

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Necessidade da administração: Contratação de Serviço de fornecimento de água potável e recolhimento de efluentes domésticos.
Nº do BI de designação da Equipe de Planejamento: BI 001 de 02 de Janeiro de 2024

DIRETRIZES QUE NORTEARÃO OS ESTUDOS PRELIMINARES:

1.1 Leis nº. 14.133/21, Lei municipal 1.159 de 24 de março de 1969, Orientação Normativa AGU nº 36/2011, Instruções Normativas SEGES/MP n° e 65/2021 (Pesquisa de Preços) e 40/2020 (ETP).

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 O 25º Grupo de Artilharia de Campanha necessita atualizar o seu contrato de fornecimento de água potável e recolhimento de efluentes domésticos nº 02/2014 – NUP: 64556.000267/2014-15 | INEX 04/2014 – UASG 160361, em face da promulgação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 e da consequente revogação da Lei 9.666/93. No intuito de suprir as necessidades essenciais da vida vegetativa da OM, uma vez que não há capacidade de perfuração de poço artesiano e seu posterior tratamento em Estação de Tratamento de Água (ETA) particular.

II - REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO:

2.1 A contratação está alinhada às diretrizes de Processos Internos do Planejamento Estratégico da entidade, no âmbito da Gestão Financeira, consistindo na alocação dos recursos com eficiência e transparência.

2.2 A demanda gerada por esta contratação é adicionada ao Plano Anual de Contratações de forma rotineira – conforme consulta online à Plataforma do Portal de Compras Governamentais e PNCP – , no intuito de possibilitar a formação de memória de cálculo, elaborado através da plataforma gratuita Microsoft Power BI, disponível sob o link: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiM2NhN2ZiMTQtYzEwMS00N2YzLWJjMmEtMTEyODFiNmQ5NGRmIiwidCI6IjFhNjJhY2Q3LTllODQtNDkwMi1hZjA4LTIzMTI0Mjk3ZTY3YyJ9&pageName=ReportSectionb5960c3a8b2bae28c5cc

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 O fornecimento dos serviços possui caráter continuado, já que a prestação deve ser ininterrupta durante todo o ano, por prazo INDETERMINADO por se tratar de serviço essencial, conforme Orientação Normativa da AGU nº 36/2011.

3.2 O prazo da vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com renovação automática por prazo INDETERMINADO.

IV - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 29 25º GAC - SALC

4.1 A quantidade estimada para a presente contratação foi baseada nas fontes geradas pelo consumo diário registrado no livro do oficial de dia, e mensal descrito pelas faturas e controles internos do Encarregado do Setor Financeiro (RPCM), nos últimos dois exercícios financeiros. Também, conforme memória de cálculo foram observados os recebimentos de crédito (NC) no PI específico para pagamento de consumo de água e pagamento de taxas e tributos.

4.2 A quantidade e descrição dos serviços está descriminada conforme relação de itens elaborada pelo 25º Grupo de Artilharia de Campanha, constante no Anexo I do Documento de Formalização da Demanda (tanto físico quanto digital constante na Plataforma de consolidação do PCA).

V - PESQUISA DE MERCADO PARA JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA:

5.1 A presente contratação se justifica diante da exclusividade no fornecimento de água potável e recolhimento de efluentes domésticos no município de Bagé, conforme Lei Municipal nº1.159 de 24 de março de 1969, pelo Departamento de Águas, Esgotos e Arroios de Bagé – DAEB. Assim, para estimativa de preços, foi extraído, conforme anexo, uma tabela de cobrança padrão de taxas e tributos para órgãos público no sítio eletrônico do DAEB, conforme Lei Municipal nº 5.626/2016, com atualização de valores em janeiro de 2024, conforme Resolução CSR nº 015/2023.

VI - ESTIMATIVA DE PREÇOS:

6.1 O artigo 5° a 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 65/2021, estabelece, in verbis:

> *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
>
> *I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora*

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 30 25º GAC - SALC

de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 34 25º GAC - SALC

devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 33 25º GAC - SALC

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Art. 8º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior.

Parágrafo único. As estimativas de preços constantes em modelos de contratação de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado.

Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 A solução compreende na atualização do termo de contrato nº 02/2014 – NUP: 64556.000267/2014-15 | INEX 04/2014 – UASG 160361, em face da promulgação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 e da consequente revogação da Lei 9.666/93 e continuidade na prestação dos serviços.

VIII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

8.1 A adjudicação do objeto contratual deverá ser feita da forma preconizada conforme as

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 33 25º GAC - SALC

normas gerais dadas pela Lei 14.133/21.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 O resultado pretendido compreende a atualização do termo de contrato nº 02/2014 – NUP: 64556.000267/2014-15 | INEX 04/2014 – UASG 160361, em face da promulgação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 e da consequente revogação da Lei 9.666/93 e continuidade na prestação dos serviços.

X - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

10.1 Não há necessidade.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES:

11.1 Não há.

XII - SUSTENTABILIDADE

12.1 As diretrizes de sustentabilidade foram definidas conforme Plano de Gestão Ambiental e Política de Gestão de Resíduos Sólidos e Líquidos (BI 001 de 02JAN24), acessível através do sítio eletrônico oficial da OM.

12.2 A OM arcará com os custos de taxa de recolhimento de efluentes Lei Municipal nº1.159 de 24 de março de 1969, mesmo sem a realização desde serviço, em decorrência da estrutura da malha coletora de efluentes do grupo ser – estrutura essa arcaica por sua construção bicentenária – projetada com caimento para a margem norte do aquartelamento, onde existe uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) em plena operação com índices satisfatórios de eficiência na remoção da carga poluente, conforme projeto original do 2º Ten Guilherme Mauad **Menegaz**, Biólogo, em anexo e Laudos Físico-Químicos de laboratório especializado.

12. 3 Deverá ser providenciado pelo Oficial do Meio Ambiente, plano para abate desta taxa de recolhimento de efluentes junto ao DAEB ou elaboração de projeto de reestruturação e redirecionamento da malha coletora de efluentes interna da OM para a zona sul do aquartelamento – pela Av. Padre Abílio Sponchiado – onde há ligação espera" para coleta do esgoto sanitário pela prefeitura.

12.4 Não foi observada viabilidade de perfuração de poço artesiano – e seu posterior tratamento em ETA – como forma de otimização e economia no abastecimento de água potável da OM, uma vez que seriam muito elevados os gastos com manutenção do sistema de tratamento e análise físico-química, conforme Resolução CONAMA nº 430/2011 e CONSEMA nº 355/2017.

XIII - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

13.1 Toda a documentação de planejamento da fase interna (Setor Requisitante), foi elaborada com base nas orientações do Parecer Referencial da AGU nº 00003/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU | NUP: 00688.000255/2023-95, de 16 de fevereiro de 2023.

13.2 Em se tratando de Inexibilidade de Licitação, pela impossibilidade de concorrência, conforme Lei Municipal nº1.159 de 24 de março de 1969, não foi observada a necessidade

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 34 25º GAC - SALC

de elaboração de Termo de Referência, bastando a fundamentação deste referido ETP.

13.3 Com base nos elementos apresentados neste estudo considera-se que a contratação **é viável**.

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

HENRIQUE **CAVALCANTE** DE LIMA – 1º Ten
Coordenador da Equipe de Planejamento

ABRAÃO DA SILVA **TEODORO** – 3º SGT
Auxiliar da Equipe de Planejamento

Membros da Equipe de Fiscalização Setorial da Contratação:

Fiscal Setorial da licitação

LEONARDO ALENCAR DA SILVA **PIMENTEL**–
1º TEN

WICTOR SOUSA DE **OLIVEIRA** – 3º SGT
Fiscal Setorial Substituto da licitação

FISCALIZAÇÃO:

LUNÉLER PAIVA **ELIAS** – Cap
Fiscal Administrativo do 25º GAC

APROVAÇÃO:

MARCELO DA SILVA **MÜLLER** – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 25º GAC

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 35 25º GAC - SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 6ª D E - 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ArtCav/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

MAPA DE RISCOS - Inex nº 01/2024 – UGE 160361

FASE DE ANÁLISE
(x) Final da Elaboração dos Estudos Preliminares:
( ) Final da Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;
( ) Após a fase de Seleção do Fornecedor;
( ) Após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos responsáveis da fiscalização.

RISCO 01 – LICITAR MAIS DO QUE O NECESSÁRIO		
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Impacto:	( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto	
Id	**Danos**	
1.	Criação exorbitante de expectativa de compra para o fornecedor. Podendo prejudicar futuros processos licitatórios.	
2.	-	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Manter atualizado os quadros de pedido de material e necessidade de serviços continuados, dos setores da OM. Acompanhar pedidos na plataforma SIMATEx.	Enc Set Mat e Enc Mat das SU
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Não realizar a contratação do excedente.	SALC

RISCO 02 – LICITAR MAIS CARO DO QUE O PREÇO DE MERCADO		
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Impacto:	( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto	
Id	**Danos**	
1.	Má gestão de recursos, acarretando sua falta.	
2.	-	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Verificar de forma adequada o valor versus a descrição exata do item. Utilizando o painel de preços e as plataformas de pesquisa SAG. Caso necessário, verificar comércio local.	Enc Set Mat
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Atuar como UGP de licitações do mesmo material/serviço visando dobrar os meios de controle dos valores de aquisição.	SALC

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 36
25º GAC - SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 6º D E - 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ArtCav/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

RISCO 03 – LICITAR COM QUALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NECESSIDAE		
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Impacto:	( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto	
Id	**Danos**	
1.	Não cumprimento do objetivo fim da contratação.	
2.	Gasto demasiado com produto/serviço de qualidade além da necessária.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Solicitar relação semestral de necessidades dos setores chave da OM. Com detalhamento do material/serviço mais empregado e que apresenta necessidade.	Enc Set Mat
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Solicitar apoio de militar especializado, representante do setor de Interesse/Destino do material/serviço a ser adquirido, para compor apoio a Comissão de Licitação.	SALC

RESPONSÁVEL
LEOANRDO ALENCAR SILVA PIMENTEL – 2º Ten Ch da SALC do 25° GAC

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 31
25º GAC/SALC

VT

CEL. WASHINGTON BANDEIRA, Prefeito Municipal de Bagé.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º RM RA Fica criado, e diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, o DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAGÉ - DAEB -, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira.

Art. 2º LE RM RA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAGÉ - DAEB -, destina-se a executar, às expensas próprias, as obras de abastecimento de água potável, de esgoto sanitário e remoção de lixo domiciliar do Município, conservando-as, ampliando-as, aperfeiçoando-as e explorando, diretamente, os serviços indústrias respectivos.

Parágrafo único. AC Os serviços de água e esgoto na conformidade da Lei nº 5.172, de 26.10.66, serão cobrados quando utilizados ou postos à disposições.

Art. 3º RM RA Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal terão as suas funções explícitas no Regulamento do DAEB e serão exercidas em caráter de colaboração.

Art. 4º RM RA Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal terão as suas funções explícitas no Regulamento do DAEB e serão exercidas em caráter de colaboração.

Art. 5º VT RM RA A Receita do DEPARTAMENTO será constituída de seguintes recursos:

a) o produto da arrecadação das taxas de seu serviço, inclusive a taxa de remoção de lixo domiciliar;
b) o produto das operações de créditos que forem realizadas;
c) produto de aluguéis;
d) produto de venda de materiais inservíveis e de alienação de bens patrimoniais que se tornarem desnecessários;
f) as rendas obtidas por serviços que prestar;
g) os auxílios e subvenções de qualquer natureza que lhe forem concedidos;
h) rendimentos diversos.

Art. 6º RM RA O patrimônio inicial do DAEB será constituído de todos os bens móveis, instalações, títulos materiais e outros valores próprios do Município, atualmente destinados, empregados e utilizados no sistema público de água e esgoto sanitário, os quais serão entregues sem ônus ou compensação pecuniária.

Parágrafo único. O DAEB não poderá alienar bens móveis sem que, em cada caso, tenha autorização expressa do órgão Legislativo.

Art. 7º O DEPARTAMENTO terá contabilidade financeira, orçamentária e contabilidade patrimonial e industrial.

Art. 8º O DEPARTAMENTO organizará anualmente o seu plano de realizações, e o seu Orçamento de Receita e Despesa, que serão obrigatoriamente submetidos à apreciação e aprovação do Poder Legislativo, até o dia 10 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. AC Mediante prévia anuência do Conselho Deliberativo e do Prefeito Municipal, poderá o Diretor Geral do DAEB realizar operações de Crédito ou antecipação da receita ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras de ampliação ou remodelação do sistema de água e esgoto.

Art. 9º É criado o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Água e Esgotos de Bagé, de nomeação e demissão do Prefeito Municipal, devendo recair sua escolha em Engenheiro Civil ou Sanitarista, ou pessoa de reconhecida competência.

Art. 10. RM RA O Conselho Deliberativo será constituído de 6 (seis) membros, a saber:

a) um representante da ACIBA;
b) um representante da Medicina de Bagé;
c) um representante da Sub-Seção da Ordem dos Advogados de Bagé;
d) um representante do Núcleo de Engenheiros e Arquitetos de Bagé;
e) representante do Sindicato dos Contabilistas de Bagé;
f) um representante do Sindicato dos Empregados na Construção Imobiliária de Bagé.

Art. 11. RM RA O Conselho Fiscal, compor-se-á de três (3) membros, de livre escolha do Prefeito Municipal, entre os técnicos em contabilidade, devidamente credenciados.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 38
2ª CIA. SALC

Art. 12. RM RA O Diretor Geral do DAEB perceberá o salário equivalente a três (3) vezes o nível máximo (padrões 9) do Quadro Único do Funcionalismo Municipal.

Art. 13. Ficam extintos a Diretoria de Saneamento e os serviços de Água e Esgotos.

Art. 14. Todos os servidores lotados nos serviços extintos no artigo anterior, serão aproveitados sem solução de continuidade quando ao tempo de serviço, direitos adquiridos e sem prejuízo de seus vencimentos, no Departamento de Água e Esgotos de Bagé ora criado.

§ 1º Os novos cargos a serem criados, para estruturação do DAEB, serão objeto de Projeto de Lei a ser apresentado, oportunamente, ao Legislativo Municipal.

§ 2º AC As despesas oriundas de aposentadorias de servidores, existentes até o início da vigência desta Lei, continuarão a cargo da Prefeitura Municipal.

Art. 15. O Poder Executivo baixará regulamento para a perfeita execução desta Lei.

Art. 16. O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BAGÉ, será instalado pelo Prefeito Municipal, após a aprovação desta Lei e após aprovação do Quadro de Funcionários.

Art. 17. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data em que for autorizada pelo Senhor Presidente da República, a criação do Departamento de Água e Esgotos de Bagé, nos termos do Ato Complementar nº 46, de 7 de fevereiro de 1969.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bagé, 24 de março de 1969.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 39
25º GAC - SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS – 6ª DE – 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ART CAV/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO
Rua Padre Abílio Sponchiado, 680 – Bagé (RS) – CEP 96415-200
FONE: 053-3242-8322 – E-mail: comando@25gac.eb.mil.br

REATIVAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES – ETE

1. OBJETIVO

- Reativar a Estação de Tratamento de Efluentes do 25º Grupo de Artilharia de Campanha, a fim de reestabelecer o tratamento adequado dos esgotos sanitários produzidos diariamente, garantido o atendimento a legislação vigente e o respeito ao Meio Ambiente.

2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

a) Código das Águas – *Decreto nº 24.643/34*;
b) Código Florestal – *Lei nº 4.771/65;*
c) Política Nacional de Recursos Hídricos – *Lei nº 9.433/97;*
d) Política Nacional de Resíduos Sólidos – *Lei nº 12.305/10;*
e) Reuso de Água Tratada – *Resolução do CNRH nº 54/2005 e NBR nº 13.969/97;*
f) Cartilha de Práticas Ambientais – DPIMA.

3. SITUAÇÃO PROBLEMA

-Atualmente, por questões estruturais referentes a construção das instalações do 25º Grupo de Artilharia de Campanha, o Departamento Municipal de Águas, Esgotos e Arroios de Bagé (DAEB) não é capaz de realizar o recolhimento adequado de todo o efluente sanitário produzido pela OM.

- É possível identificar na OM, a existência de uma antiga Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) **inativa**. Através de registros fotográficos e da memória de militares que serviram à época na Unidade, pode-se estimar sua construção entre os anos de 1997 e 1998, pelo então Biólogo, 2º Ten QAO **Orlando** Marques da Silva. Nesta época, o 25º GAC, segundo documentos da Seção de Relações Públicas, era referência na cidade em tratamento de efluentes, por atingir quase 60% de pureza da água tratada.

- Observando o último registro fotográfico, constatou-se que a última reforma da ETE ocorreu nos anos de 2010 e 2011, onde pode-se afirmar que a estação estava em pleno funcionamento.

- Logo, se faz necessária a reativação da antiga estrutura da Estação de Tratamento de Esgotos do 25º GAC, a fim de reestabelecer o tratamento adequado e destinação correta do efluente sanitário gerado, garantindo o atendimento a legislação vigente e o respeito ao Meio Ambiente.

4. SOLUÇÃO

- **Solução Imediata:** Restaurar a antiga estrutura da ETE do 25ºGAC, realizando adaptações com base nos sistemas operacionais de tratamento de efluentes por Lodo Ativado e Wetland Construído com o uso de Aguapé *Eichhornia crassipes*, através de estudo experimental do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 407
25º GAC - SALC

5. LEVANTAMENTO DE CUSTOS

Para a implantação do novo Sistema de Tratamento de Efluentes no 25º GAC, foi possível aproveitar a estrutura pré-existente de uma antiga ETE. Assim, obteve-se uma economia de cerca de 48% frente ao levantamento em caso de uma construção "a partir do zero", respeitando o mesmo padrão de projeto. Com isso, pode-se obter um custo aproximado discriminado na tabela abaixo:

25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA						
RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - APROXIMAÇÃO						
Nº	Material	Descrição Detalhada	UND	QTD	Valor Unit.	Valor Total
01	TIJOLO MACIÇO	Tijolo maciço de barro cozido, para construção, tamanho 21x10x5,50cm.	Und	2000	R$0,44	R$880,00
02	TIJOLO 6 FUROS	Tijolo 6 furos de barro cozido para construção. Tamanho 9x14x19cm.	Und	600	R$0,61	R$366,00
03	CIMENTO	Cimento Portland, material Clinker, tipo CP III.	Saco de 50Kg	100	R$29,21	R$2.921,00
04	AREIA MÉDIA	Areia média lavada.	M^3	7	R$104,37	R$730,59
05	BRITA Nº 1	Brita, material rocha triturada, Tamanho Brita nº 1.	M^3	4	R$97,37	R$389,48
06	BRITA Nº 3	Brita, material rocha triturada, Tamanho Brita nº 3.	M^3	20	R$102,53	R$2.050,60
07	MALHA DE FERRO	Malha de ferro 4.2mm, Tamanho 2x3m.	und	10	R$43,19	R$431,90
08	BARRA DE FERRO	Barra de ferro para construção 4.2mm, comprimento 12m.	und	10	R$6,29	R$62,90
09	TRELIÇA	Barra de treliça 8m.	und	6	R$54,89	R$329,34
10	IMPERMEABILIZANTE	Impermeabilizante aditivo de altíssima capacidade de redução da Permeabilidade de concretos e argamassas por hidrofugação do sistema capilar e permite a respiração dos materiais, mantendo os ambientes Salubres vedacit, sika ou similares.	Galão de 18L	6	R$80,00	R$480,00
11	CANO PVC 100	Barra de cano de esgoto PVC 100mm. Comprimento 6m.	Und	10	R$40,74	R$407,40
12	CANO PVC 150	Barra de cano de esgoto PVC 150mm Comprimento 6m.	Und	3	R$49,53	R$148,59
13	CANO PVC 200	Barra de cano de esgoto PVC 200mm Comprimento 6m.	Und	6	R$79,97	R$479,82
14	CURVA CANO PVC 150	Curva PVC 90º, tipo joelho, para cano 150'''	Und	5	R$23,19	R$115,95
15	TAMPÃO CANO PVC 100	Tampa para cano de esgoto PVC 100mm.	Und	30	R$21,89	R$656,70
16	OXIGENADOR	Bomba aeradora, oxigenador, para lagos no mínimo 160L/min. Marca de referência Air Cube. Com mangueira cristal tamanho a definir.	Und	2	R$1.500,10	R$3.000,20
TOTAL						R$13.450,47
OBS: Existem custos não levantados, referentes a obtenção das espécies vegetais utilizadas no sistema, onde podem ser adquiridas por doação ou coleta do próprio ambiente. Podendo variar de acordo com a região.						

Portanto, o custo geral da obra caso tivesse sido realizada sem a existência da antiga estrutura original, seria conforme a tabela abaixo (o seguinte levantamento não considerou os custos envolvendo terraplanagem):

25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA						
CONSTRUÇÃO COMPLETA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - APROXIMAÇÃO						
Nº	Material	Descrição Detalhada	UND	QTD	Valor Unit.	Valor Total

01	TIJOLO MACIÇO	Tijolo maciço de barro cozido, para construção, tamanho 21x10x5,50cm.	Und	7200	R$ 0,44	R$3.168,00
02	TIJOLO 6 FUROS	Tijolo 6 furos de barro cozido para construção. Tamanho 9x14x19cm.	Und	0	R$ 0,61	R$0,00
03	CIMENTO	Cimento Portland, material Clinker, tipo CP III.	Saco de 50Kg	250	R$ 29,21	R$7.302,50
04	AREIA MÉDIA	Areia média lavada.	M³	15	R$ 104,37	R$1.565,55
05	BRITA Nº 1	Brita, material rocha triturada, Tamanho Brita nº 1.	M³	10	R$ 97,37	R$973,70
06	BRITA Nº 3	Brita, material rocha triturada, Tamanho Brita nº 3.	M³	20	R$ 102,53	R$2.050,60
07	MALHA DE FERRO	Malha de ferro 4.2mm, Tamanho 2x3m.	und	15	R$ 43,19	R$647,85
08	BARRA DE FERRO	Barra de ferro para construção 4.2mm, comprimento 12m.	und	20	R$ 6,29	R$125,80
09	TRELIÇA	Barra de treliça 8m.	und	4	R$ 54,89	R$219,56
10	IMPERMEABILIZANTE	Impermeabilizante aditivo de altíssima capacidade de redução da Permeabilidade de concretos e argamassas por hidrofugação do sistema capilar e permite a respiração dos materiais, mantendo os ambientes Salubres vedacit, sika ou similares.	Galão de 18L	6	R$ 80,00	R$480,00
11	CANO PVC 100	Barra de cano de esgoto PVC 100mm. Comprimento 6m.	Und	10	R$ 40,74	R$407,40
12	CANO PVC 150	Barra de cano de esgoto PVC 150mm Comprimento 6m.	Und	6	R$ 49,53	R$297,18
13	CANO PVC 200	Barra de cano de esgoto PVC 200mm Comprimento 6m.	Und	5	R$ 79,97	R$399,85
14	CURVA CANO PVC 150	Curva PVC 90º, tipo joelho, para cano 150'''	Und	5	R$ 23,19	R$115,95
15	TAMPÃO CANO PVC 100	Tampa para cano de esgoto PVC 100mm.	Und	30	R$ 21,89	R$656,70
16	OXIGENADOR	Bomba aeradora, oxigenador, para lagos no mínimo 160L/min. Marca de referência Air Cube. Com mangueira cristal tamanho a definir.	Und	2	R$ 1.500,10	R$3.000,20
TOTAL						R$21.410,84

EXÉRCITO BRASILEIRO 8 FL 41 3º GAC - SALC

6. MANUTENÇÃO PERIÓDICA

- **Reservatório Preliminar (nº 1):** Esvaziamento do reservatório para retirada de lodo biológico residual. Tempo estimado entre cada limpeza: 4 a 5 anos;
- **Reservatórios Overflow:** Esvaziamento do reservatório para retirada de lodo biológico residual. Tempo estimado entre cada limpeza: 3 a 4 anos;
- **Reservatório de Filtragem Mecânica (nº 2):** Retirada dos cascalhos devido ao efeito natural de colmatação (acúmulo de resíduos sólidos). Tempo estimado entre cada limpeza: não estimado.
- **Reservatório de Algas e Aguapés (nº 3):** Retirada do Excesso de Aguapés para impedir que ele se deposite no fundo do reservatório quando de sua renovação (morte). Tempo estimado entre cada limpeza: deve ser observado seu crescimento, dependendo do clima;
- **Reservatório de Passagem (nº 3):** Caso seja instalado, o substrato (ex: tampas de garrafa PET) deve ser limpo a cada 06 meses, podendo esse tempo ser maior devido as características do efluente. Manter em observação.
- **Reservatório de Desinfecção (nº 4):** Adição periódica de 01 a 02 pastilhas de Cloro sólido semanal, a um valor aproximado de R$ 6,00 a unidade, totalizando de R$24,00 a R$ 48,00 mensais.
- **Sistema Wetland puro:** Caso seja instalado após o reservatório nº 4, não há necessidade de manutenção.

realizado pelo militar do 25º GAC, Graduando do 8º Semestre de Ciências Biológicas na URCAMP/Bagé – 1º Ten Guilherme Mauad **Menegaz**.

- **Solução a longo prazo:** Realizar a contratação de Engenheiro Ambiental/Químico/Biotecnólogo ou Biólogo que atue com a confecção de Projeto Executivo para instalação de ETE. Para avaliação do sistema e **se necessário,** a confecção de novo projeto para construção de uma ETE que atenda aos padrões tecnológicos e legais da atualidade.

3. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Deve-se entender que uma ETE é o conjunto de processos unitários de tratamento, com o objetivo de diminuir a carga poluente (Carga Orgânica e Mineral) do esgoto doméstico, industrial e/ou agrícola. Consistindo basicamente em: um processo preliminar de remoção de objetos grosseiros por gradeamento; decantação do lodo biológico resultante, em tanques de filtragem mecânica; degradação e filtragem biológica do substrato (se possível com aeração artificial); desinfecção e por fim, a devolução do efluente tratado ao meio ambiente.

Para o tratamento dos esgotos do 25º GAC, optou-se como base para melhoria da antiga Estação, os Sistemas de Lodo Ativado e Wetland Construído, devido aos fatores: tempo de execução da obra, custo final e eficiência no tratamento, com o intuito de mitigar rapidamente o impacto ambiental negativo, advindo do descarte inadequado do efluente.

- **Sistema de Lodos Ativados:**

No sistema de lodos ativados com aeração convencional, parte da matéria orgânica é retirada antes do tanque de aeração, através do decantador primário. Assim, há no sistema de aeração convencional o sistema de tratamento primário. Este sistema necessita de uma etapa para a estabilização do lodo (ocorre nos biodigestores), como exemplificado na imagem abaixo:

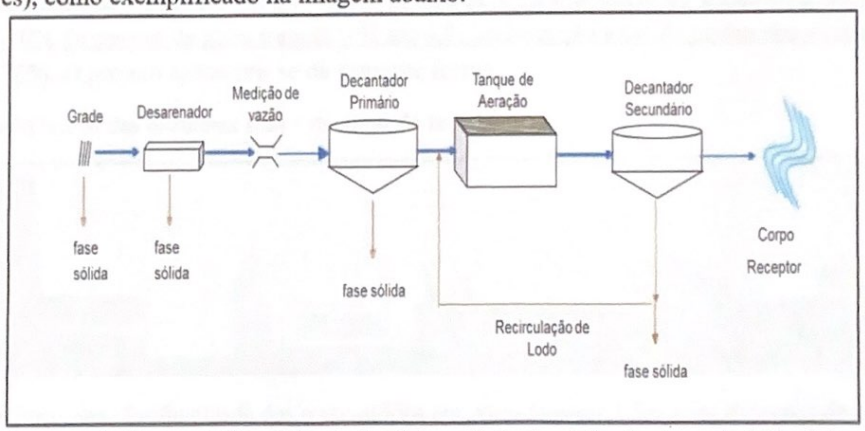


Imagem 1: Ilustração Simplificada do Sistema de Lodos Ativados (sem desinfecção).
Fonte: [Arquivo Pessoal].

- **Sistema Wetland Construído:** Consiste na simulação de fenômenos que acontecem na natureza em regiões de campos alagadiços e pantanosos. Onde certas espécies vegetais promovem a degradação natural da matéria orgânica. Nesse sistema são construídas duas estruturas:

    - A primeira sendo um reservatório impermeável ao nível do solo (**Canteiro Séptico**), cavado a uma profundidade "x" – dependendo da quantidade de esgoto a ser tratado – onde é colocado o cano de descarga do efluente e sucessíveis camadas de cascalho e terra, tendo por fim o plantio de determinada espécie vegetal que realizará o consumo do efluente;

- A Segunda é um tanque permeável enterrado abaixo do nível do solo (**Sumidouro**), para fins de devolução do efluente ao Meio Ambiente, sendo possível também o seu descarte direto em um corpo hídrico.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 43
25º GAC - SALC

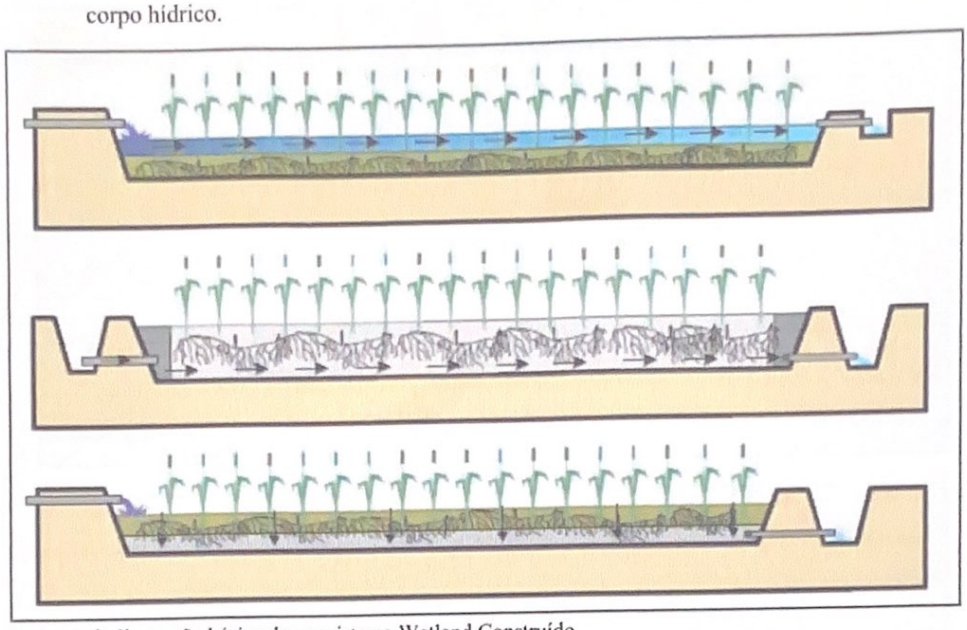
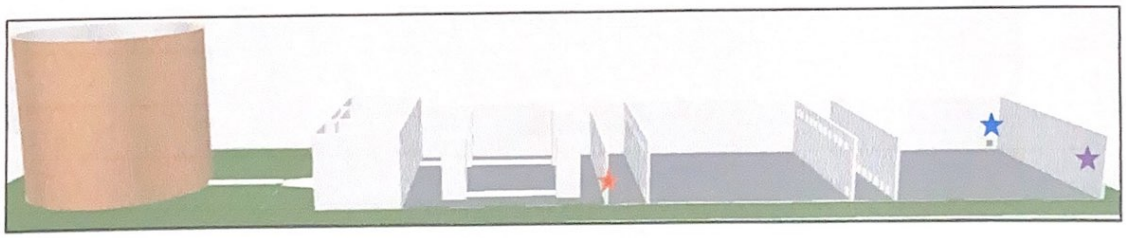


Imagem 2: Ilustração básica de um sistema Wetland Construído.
Fonte: [Arquivo Pessoal].

4. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES – PROJETO

De acordo com os conceitos apresentados, com a proposta de restauração e adequação da antiga Estação de Tratamento de Efluentes do 25º GAC, estima-se uma eficiência de tratamento definida na grandeza de 65-70% de pureza da água tratada; PH até 6,8; desinfecção total de patógenos e oxigenação da água em até 70%. O projeto apresenta-se da seguinte forma:

a) Visão lateral das estruturas **sem o declínio do terreno**:

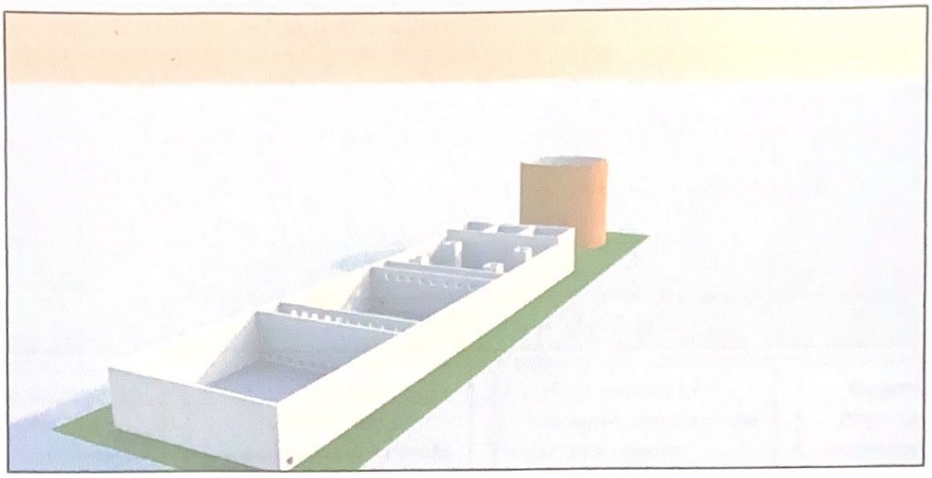


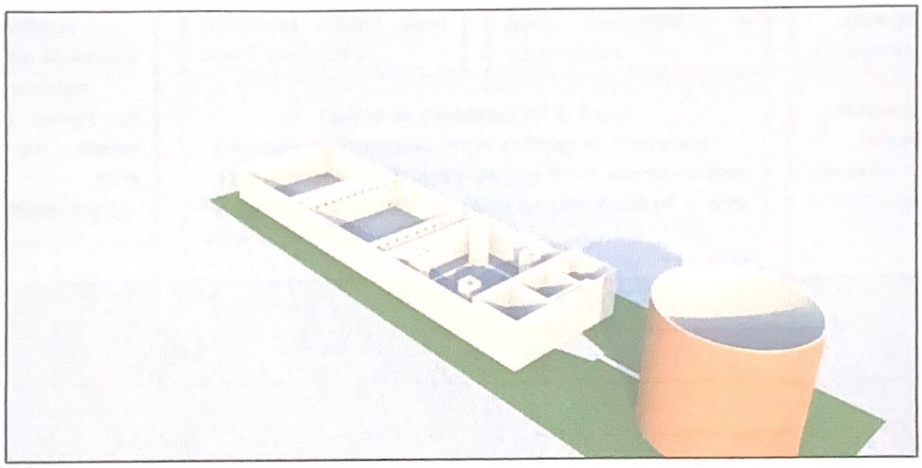
*Profundidade do Poço: 4m | Profundidade dos reservatórios aproximadamente 1,5m, com diferença de 5cm entre o fundo de cada reservatório (não representado), da esquerda para a direita, possibilitando um sistema em "cascata".

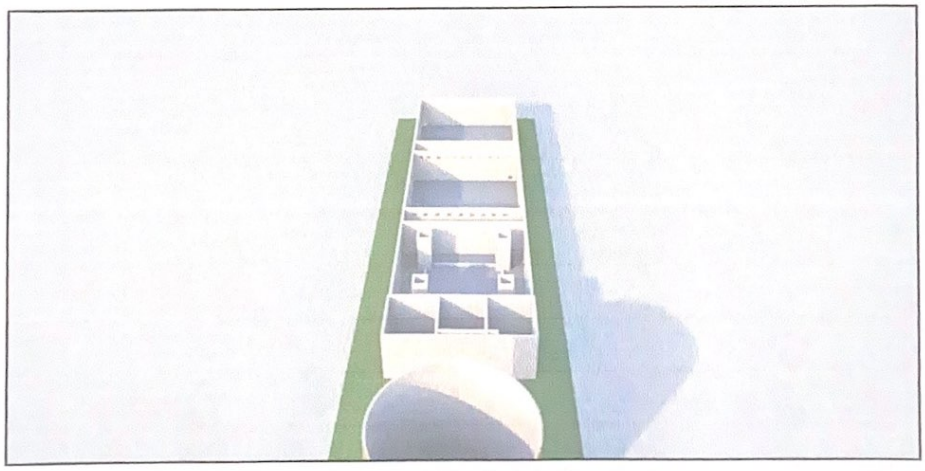
★ Água transborda por cima desta parede, alt. 1,30m; ★ "Ladrão", para esvaziamento total do sistema para realização de manutenção; ★ Instalação de cano de saída do efluente de volta à natureza, na altura aproximada de 1m.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 46
2ª GAC - SALC

Visão 3D da Estação:



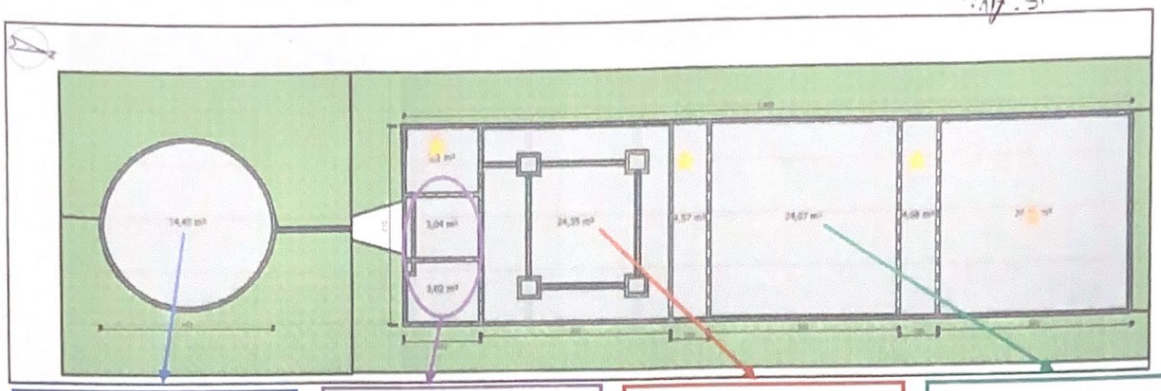




***Desenho realizado pelo aplicativo gratuito, Sweet Home 3D.**

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 45
2ª SAF - SALC

b) Planta Baixa Simplificada da nova ETE:



Tratamento Preliminar, reservatório nº 1:
- Poço de Estabilização de detritos;
- Ação anaeróbica;
- Produção de Metano e gases mal cheirosos.
- No futuro, deverá ser instalado um **Domo Geodésico** para contensão desses gases.

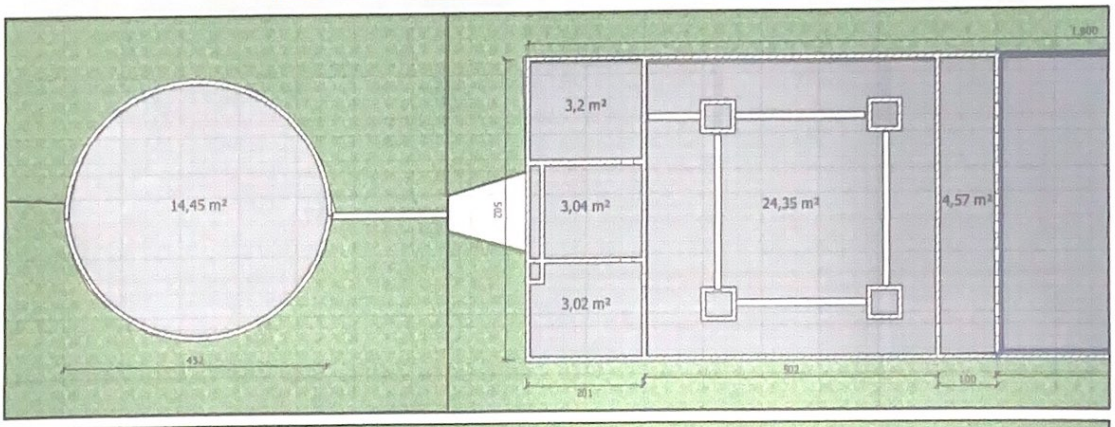
Tanques de Decantação OVERFLOW:
- Decantação e pressão hidráulica para levar partículas sólidas para reservatório nº 2.

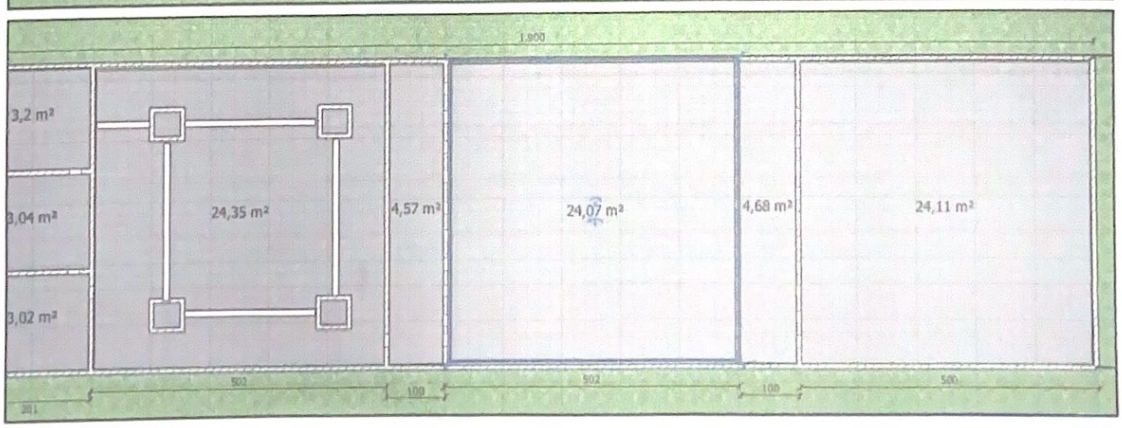
Reservatório nº 2:
- Filtragem mecânica de fluxo ascendente;
- 04 Poços de inspeção para acompanhar a colmatação.

Reservatório nº 3:
- Poço de Estabilização de detritos;
- Ação aeróbica;
- Atuação do aguapé *Eichhornia crassipes.*

★ **Caixas de Passagem nº 1, 2 e 3:**
- Garantia de separação entre as fases do processo;
- Possibilidade de criação de um filtro biológico com tampas de garrafa PET na caixa de passagem nº 3, com aeração artificial.

★ **Reservatório nº 4:**
- Desinfecção por cloração e oxigenação artificial da água;





EXÉRC... BILEIRO
FL 46
25º GAC - SALC

c) Registro fotográfico do início da reforma:



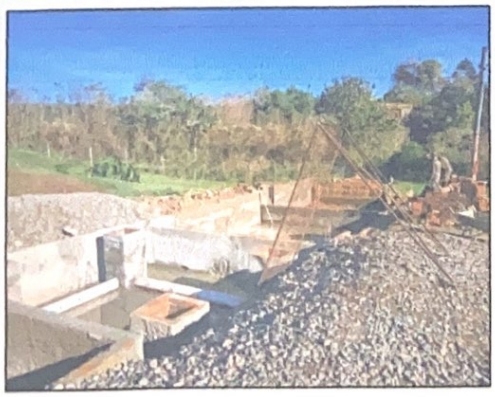


*Sistema hidráulico Overflow





*Sistema hidráulico Overflow.





EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 46
25º GAC - SALC

c) Registro fotográfico do início da reforma:



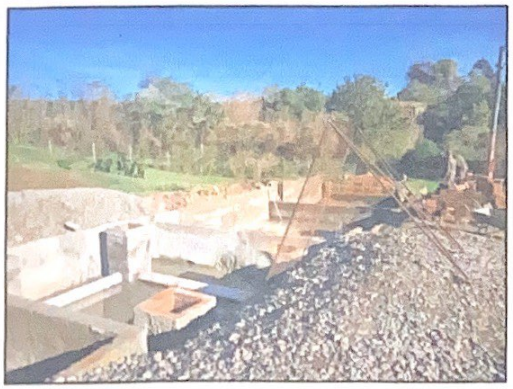


*Sistema hidráulico Overflow





*Sistema hidráulico Overflow.

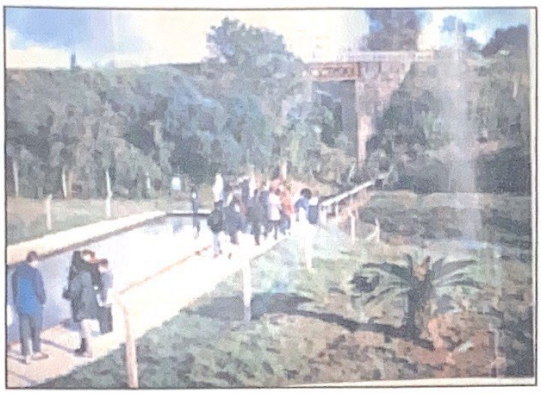


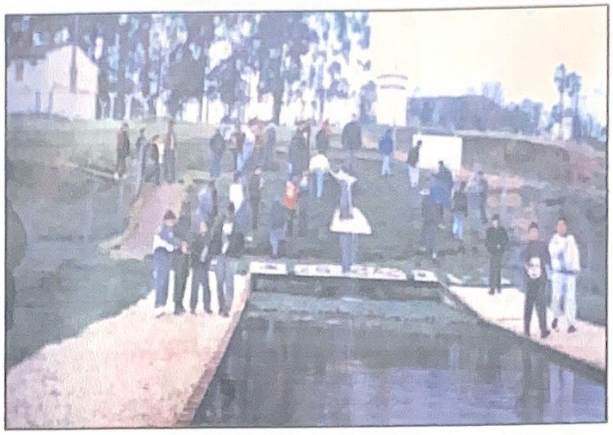


EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 47
25º GAC / SALC

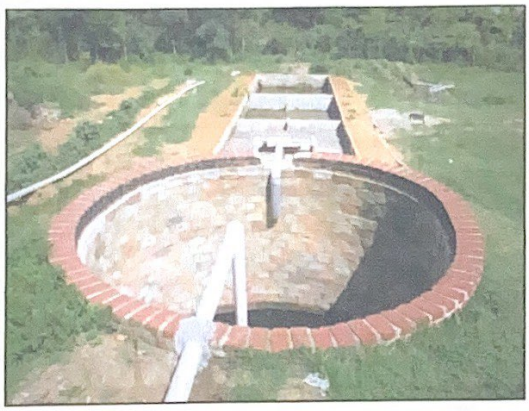
7. REGISTRO FOTOGRÁFICO

a) ETE do 25º GAC em meados de 1998/2000:





b) ETE do 25º GAC em 2011:





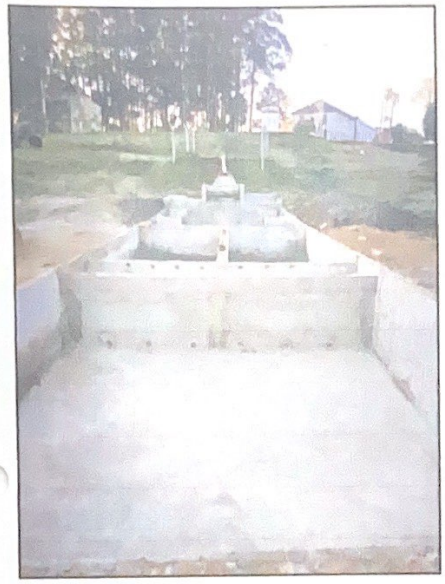
c) ETE do 25º GAC em 2020 (**antes desta proposta de reforma**):



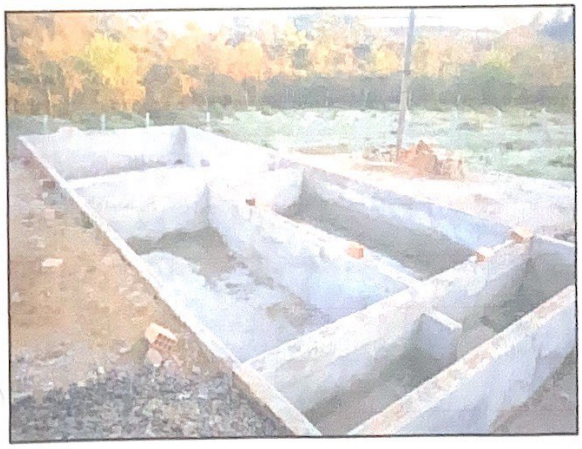


EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 410
25º GAC / SALC

d) ETE do 25º GAC em Agosto/Setembro de 2020 (**etapa final da proposta de reforma**):









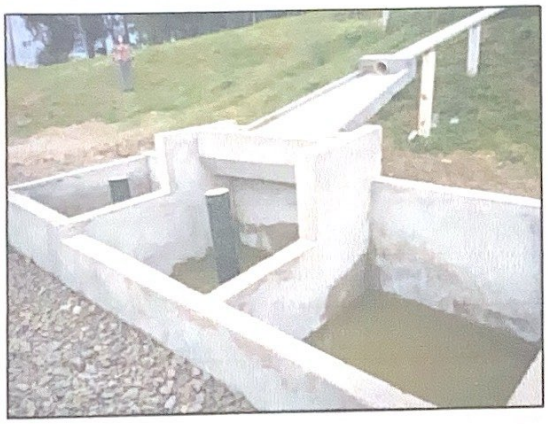




EXÉRCITO BRASILEIRO
FL. 19
25º GAC - SALC









8. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rildo P. **Avaliação de Riscos e Impacto Ambiental**. 1ª Ed. São Paulo/SP: Érica, 2014.

BITTENCOURT, Cláudia; DE PAULA, Maria A. S. **Tratamento de Águas e Efluentes: Fundamentos de Saneamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos**. 1ª Ed. São Paulo/SP: Érica, 2014.

IBRAHIN, Francini I. D.; IBRAHIN, Fábio J.; CANTUÁRIA, Eliane R. **Análise Ambiental: Gerenciamento de resíduos e tratamento de efluentes**. 1ª Ed. São Paulo/SP: Érica, 2015.

NUCASE, Núcleo Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental **Esgotamento Sanitário: Processo de tratamento de esgotos**. 1ª Ed. Brasília/DF: NUCASE, 2008.

PITALUGA, Douglas P. S; ALMEIDA, Rogério A.; REIS, Ricardo P. A. **Wetland Construído no tratamento de esgotos sanitários**. Goiânia/GO: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

DOUGLAS MACHADO MARQUES – Ten Cel
Comandante do 25º GAC

ANÁLISES QUÍMICAS E AMBIENTAIS

RELATÓRIO DE ANÁLISE Nº 1804/21

Código: FOR GQ 09
Versão: 06 Aprovado em Mar/21
Páginas: 1 de 2

PROPOSTA COMERCIAL Nº: 443/21	
EMPRESA:	25° Grupo de Artilharia de Campanha
ENDEREÇO:	Av. Padre Abílio Sponchiado n° 680 / CEP 96415-200 / Bagé / RS
CNPJ:	09.547.459/0001-84
CONTATO:	1° Tenente Guilherme Mauad Menegaz
TELEFONE:	(51) 98957.5595 / (53) 3240.8322
E-MAIL:	licitacao@25gac.eb.mil.br
DATA DE EMISSÃO:	14/01/2022

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 50 25° GAC - SALC

INFORMAÇÕES DA AMOSTRA	
TIPO DE AMOSTRA:	Efluente bruto
Nº DA AMOSTRA:	1831/21
DATA DE RECEBIMENTO:	30/11/2021
PERÍODO DE ANÁLISE:	30/11/2021 - 11/01/2022

INFORMAÇÕES DA AMOSTRAGEM	
LOCAL DE AMOSTRAGEM:	ETE da 25° GAC.
PONTO DE AMOSTRAGEM:	Início da estação (tanque de retenção hidráulica 1)
DATA DE AMOSTRAGEM:	30/11/2021
REALIZADA POR:	( ) CCO ANÁLISES (X) CONTRATANTE
RESPONSÁVEL:	Guilherme Mauad Menegaz
CONDIÇÕES CLIMÁTICAS:	Tempo nublado
PRESERVAÇÃO:	Sim

As informações de amostragem, bem como os resultados de parâmetros analisados durante a amostragem, no caso de amostras coletadas pelo contratante são de responsabilidade do mesmo.

Nestes casos o cliente recebe instruções de coleta conforme metodologia utilizada pelo laboratório.

PARÂMETROS ANALISADOS NA AMOSTRAGEM				
PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
Materiais Flutuantes	Presente	—	POP AF 04	N.A.
Temperatura da amostra	26,00	°C	SMEWW 23rd 2550 B	15 a 100

RESULTADOS DOS ENSAIOS REALIZADOS NO LABORATÓRIO				
PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS				
PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
DBO	750,00	mgO_2/L	SMEWW 23rd 5210 B	7,00
DQO	6.708,53	mgO_2/L	SMEWW 23rd 5220 B	7,00
Óleos e Graxas Totais	4.412,61	mg/L	SMEWW 23rd 5520 D	10,00
pH	6,68	N.A	ABNT NBR 7353:2019	2 a 12
Sólidos Sedimentáveis	40,00	mL/L	SMEWW 23rd 2540 F	0,10
Sólidos Suspensos Totais	3.055,00	mg/L	SMEWW 23rd 2540 D	3,74
Surfactantes	<0,21	mg/L	SMEWW 23rd 5540 C	0,21
PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS				
PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
Coliformes Termotolerantes	16.000,00	NMP/100mL	EPA Vol. 82, Nº 165	1,80

OBSERVAÇÕES
Sem Observações.

Os resultados apresentados neste relatório aplicam-se apenas à amostra recebida não podendo ser estendido a outros pontos de amostragem. Este relatório não poderá ser reproduzido parcialmente sem prévia autorização.

Procedimentos utilizados:
Amostragem - POP GQ 12;
Recebimento de amostras - POP GQ 13;
Emissão de relatório - POP GQ 14.
Legenda:
L.D. - Limite de detecção.
N.D. - Não detectado.
N.A. - Não se aplica.
P.A.C.R. - Provoca alteração no corpo receptor.
N.P. A.C.R. - Não provoca alteração no corpo receptor.
SMEWW - Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater 23ªEdição 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 51 25º GAC. SALC

Rede Metrológica RS
LABORATÓRIO RECONHECIDO SEGUNDO A NORMA ABNT NBR ISO/IEC 17025

CERTIFICADOS DE RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIA TÈCNICA: Nº 25101, 25102 e 25103.

fepam Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS

LABORATÓRIO CADASTRADO NA FEPAM SOB O NÚMERO 55/2019 - DL

Maria Clara Oliveira
Responsável Técnica
CRQ-V 05202234

ANÁLISES QUÍMICAS E AMBIENTAIS	RELATÓRIO DE ANÁLISE Nº 1805/21	Código: FOR GQ 09 Versão: 06 Aprovado em Mar/21 Páginas: 1 de 2

PROPOSTA COMERCIAL Nº: 443/21	
EMPRESA:	25° Grupo de Artilharia de Campanha
ENDEREÇO:	Av. Padre Abílio Sponchiado n° 680 / CEP 96415-200 / Bagé / RS
CNPJ:	09.547.459/0001-84
CONTATO:	1° Tenente Guilherme Mauad Menegaz
TELEFONE:	(51) 98957.5595 / (53) 3240.8322
E-MAIL:	licitacao@25gac.eb.mil.br
DATA DE EMISSÃO:	14/01/2022

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 57 25° GAC - SALC

INFORMAÇÕES DA AMOSTRA	
TIPO DE AMOSTRA:	Efluente final
Nº DA AMOSTRA:	1832/21
DATA DE RECEBIMENTO:	30/11/2021
PERÍODO DE ANÁLISE:	30/11/2021 - 11/01/2022

INFORMAÇÕES DA AMOSTRAGEM	
LOCAL DE AMOSTRAGEM:	ETE - 25° GAC
PONTO DE AMOSTRAGEM:	Final da estação, efluente no estágio final de tratamento
DATA DE AMOSTRAGEM:	30/11/2021
REALIZADA POR:	( ) CCO ANÁLISES (X) CONTRATANTE
RESPONSÁVEL:	Guilherme Mauad Menegaz
CONDIÇÕES CLIMÁTICAS:	Tempo nublado
PRESERVAÇÃO:	Sim

As informações de amostragem, bem como os resultados de parâmetros analisados durante a amostragem, no caso de amostras coletadas pelo contratante são de responsabilidade do mesmo.
Nestes casos o cliente recebe instruções de coleta conforme metodologia utilizada pelo laboratório.

PARÂMETROS ANALISADOS NA AMOSTRAGEM				
PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
Materiais Flutuantes	Ausente	---	POP AF 04	N.A.
Temperatura da amostra	26,00	°C	SMEWW 23rd 2550 B	15 a 100

RESULTADOS DOS ENSAIOS REALIZADOS NO LABORATÓRIO PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS				
PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
DBO	<7,00	mgO_2/L	SMEWW 23rd 5210 B	7,00
DQO	75,95	mgO_2/L	SMEWW 23rd 5220 B	7,00
Óleos e Graxas Totais	<10,00	mg/L	SMEWW 23rd 5520 D	10,00
pH	7,25	N.A	ABNT NBR 7353:2019	2 a 12
Sólidos Sedimentáveis	0,40	mL/L	SMEWW 23rd 2540 F	0,10
Sólidos Suspensos Totais	21,00	mg/L	SMEWW 23rd 2540 D	3,74
Surfactantes	<0,21	mg/L	SMEWW 23rd 5540 C	0,21
PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS				
PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
Coliformes Termotolerantes	<1,80	NMP/100mL	EPA Vol. 82, Nº 165	1,80

OBSERVAÇÕES
Sem Observações.

Os resultados apresentados neste relatório aplicam-se apenas à amostra recebida não podendo ser estendido a outros pontos de amostragem. Este relatório não poderá ser reproduzido parcialmente sem prévia autorização.

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 53 25º GAC - SALC

Procedimentos utilizados:
Amostragem - POP GQ 12;
Recebimento de amostras - POP GQ 13;
Emissão de relatório - POP GQ 14.
Legenda:
L.D. - Limite de detecção.
N.D. - Não detectado.
N.A. - Não se aplica.
P.A.C.R. - Provoca alteração no corpo receptor.
N.P. A.C.R. - Não provoca alteração no corpo receptor.
SMEWW - Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater 23ªEdição 2017.

Rede Metrológica RS
LABORATÓRIO RECONHECIDO SEGUNDO A NORMA ABNT NBR ISO/IEC 17025

CERTIFICADOS DE RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIA TÈCNICA: Nº 25101, 25102 e 25103.

fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS

LABORATÓRIO CADASTRADO NA FEPAM SOB O NÚMERO 55/2019 - DL

Maria Clara Oliveira
Responsável Técnica
CRQ-V 05202234

ANÁLISES QUÍMICAS E AMBIENTAIS	RELATÓRIO DE ANÁLISE Nº 1806/21	Código: FOR GQ 09 Versão: 06 Aprovado em Mar/21 Páginas: 1 de 2

PROPOSTA COMERCIAL Nº: 443/21	
EMPRESA:	25° Grupo de Artilharia de Campanha
ENDEREÇO:	Av. Padre Abílio Sponchiado n° 680 / CEP 96415-200 / Bagé / RS
CNPJ:	09.547.459/0001-84
CONTATO:	1° Tenente Guilherme Mauad Menegaz
TELEFONE:	(51) 98957.5595 / (53) 3240.8322
E-MAIL:	licitacao@25gac.eb.mil.br
DATA DE EMISSÃO:	14/01/2022

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 54 25° GAC SALC

INFORMAÇÕES DA AMOSTRA	
TIPO DE AMOSTRA:	Efluente final
Nº DA AMOSTRA:	1833/21
DATA DE RECEBIMENTO:	30/11/2021
PERÍODO DE ANÁLISE:	30/11/2021 - 11/01/2022

INFORMAÇÕES DA AMOSTRAGEM	
LOCAL DE AMOSTRAGEM:	ETE - 25° GAC
PONTO DE AMOSTRAGEM:	Final da estação, efluente no estágio final de tratamento (Arroio Bagé)
DATA DE AMOSTRAGEM:	30/11/2021
REALIZADA POR:	**( ) CCO ANÁLISES (X) CONTRATANTE**
RESPONSÁVEL:	Guilherme Mauad Menegaz
CONDIÇÕES CLIMÁTICAS:	Tempo nublado
PRESERVAÇÃO:	Sim

As informações de amostragem, bem como os resultados de parâmetros analisados durante a amostragem, no caso de amostras coletadas pelo contratante são de responsabilidade do mesmo.
Nestes casos o cliente recebe instruções de coleta conforme metodologia utilizada pelo laboratório.

PARÂMETROS ANALISADOS NA AMOSTRAGEM

PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
Materiais Flutuantes	Ausente	—	POP AF 04	N.A.
Temperatura da amostra	26,00	°C	SMEWW 23rd 2550 B	15 a 100

RESULTADOS DOS ENSAIOS REALIZADOS NO LABORATÓRIO

PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS

PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
DBO	<7,00	mgO_2/L	SMEWW 23rd 5210 B	7,00
DQO	<7,00	mgO_2/L	SMEWW 23rd 5220 B	7,00
Óleos e Graxas Totais	<10,00	mg/L	SMEWW 23rd 5520 D	10,00
pH	7,38	N.A	ABNT NBR 7353:2019	2 a 12
Sólidos Sedimentáveis	<0,10	mL/L	SMEWW 23rd 2540 F	0,10
Sólidos Suspensos Totais	<3,74	mg/L	SMEWW 23rd 2540 D	3,74
Surfactantes	<0,21	mg/L	SMEWW 23rd 5540 C	0,21

PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS

PARÂMETROS	RESULTADO	UNIDADE	METODOLOGIA	LQ
Coliformes Termotolerantes	<1,80	NMP/100mL	EPA Vol. 82, Nº 165	1,80

OBSERVAÇÕES

Sem Observações.

Os resultados apresentados neste relatório aplicam-se apenas à amostra recebida não podendo ser estendido a outros pontos de amostragem. Este relatório não poderá ser reproduzido parcialmente sem prévia autorização.

Procedimentos utilizados:
Amostragem - POP GQ 12;
Recebimento de amostras - POP GQ 13;
Emissão de relatório - POP GQ 14.
Legenda:
L.D. - Limite de detecção.
N.D. - Não detectado.
N.A. - Não se aplica.
P.A.C.R. - Provoca alteração no corpo receptor.
N.P. A.C.R. - Não provoca alteração no corpo receptor.
SMEWW - Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater 23ªEdição 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 55
25º GAC - SALC

REDE METROLÓGICA RS
LABORATÓRIO RECONHECIDO SEGUNDO A NORMA ABNT NBR ISO/IEC 17025

CERTIFICADOS DE RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIA TÈCNICA: Nº 25101, 25102 e 25103.

fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS

LABORATÓRIO CADASTRADO NA FEPAM SOB O NÚMERO 55/2019 - DL

Maria Clara Oliveira
Responsável Técnica
CRQ-V 05202234

Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé
CNPJ: 92881729001-32 - Rua Vel. Osório, 451
CEP: 96400-800 - Bagé - RS
Telefone: (53) 3240-7000 | 0800-3160218 | 115
e-mail: comunicacao@daeb.com.br

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL. 51
25º GAC. BAGÉ

Ao 25º Grupo de Artilharia de Campanha
Bagé/RS

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins que, o Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé possui exclusividade no serviço prestado, sendo responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto cloacal na cidade de Bagé.

Bagé, 8 de julho de 2021

GILBERTO CASSIANO BAPTISTA VASCONCELLOS
DIRETOR GERAL - DAEB

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 57 2ª GAC. SALC

LEI MUNICIPAL Nº 5.625, DE 18/07/2016

Dispõe sobre as diretrizes municipais para os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no âmbito do Município de Bagé.

***DUDU COLOMBO**, Prefeito Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. **FAÇO SABER** que a Câmara de Vereadores de Bagé, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,*

LEI:

CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes municipais para os serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário âmbito do município de Bagé de acordo com a Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Lei Federal 12.864, de 24 de setembro de 2013 e Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 2º Os serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário serão prestados com base nos princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água e esgotamento sanitário realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente:

IV - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse-social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário sejam fator determinante;

V - eficiência e sustentabilidade econômica;

VI - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

VIII - controle social;

IX - segurança, qualidade e regularidade;

X - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água;

XI - a consideração da capacidade de pagamento dos usuários na adoção de quaisquer políticas;

XII - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequadas à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - abastecimento de água potável constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: consumido pelas atividades, infraestruturas e

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 58
25º GAC. SALC.

instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

V - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, especialmente para populações e localidades de baixa renda.

CAPÍTULO II - DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 4º Compete ao Departamento de Água e Esgotos de Bagé - DAEB, Autarquia Municipal, criada pela Lei 1.559/1969, operar, manter, conservar e explorar, diretamente e com exclusividade, os serviços de abastecimento de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário devindo, para

I - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

II - fixar os direitos e os deveres dos usuários através de normativas, bem como do desenvolvimento de todas as tarefas pertinentes aos serviços disponibilizados;

III - estabelecer metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

IV - estabelecer as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios.

V - criar os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso.

a) para o cumprimento do disposto no inciso V, será aberta rubrica orçamentária específica com essa finalidade.

Art. 5º Fica proibida a privatização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ou a sua - delegação a, iniciativa privada através de concessão ou permissão, nos termos do Inciso XXXII do art. 13 da Lei Orgânica do Município de Bagé.

Art. 6º O Município poderá instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 59
25º GAC. SALC

Parágrafo único. Os recursos dos fundos a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização das serviços públicos de saneamento básico.

Art. 7º A prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

CAPÍTULO IV - DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 8º Os serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos hídricos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na pregação dos serviços.

Parágrafo único. Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 9º Observado o disposto no art. 8° desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 60
25° GAC - SALC

garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade e qualidade adequada;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 10. Os reajustes de tarifas de serviços públicos dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 11. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas;

Art. 12. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tomados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Art. 13. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, bem como não permitir a leitura de acordo com o ciclo de leitura (mensal ou outro período pré-estabelecido), após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do Usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do *caput* deste artigo serão precedidas de prévio aviso ao usuário, não, inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de Tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que Reservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

CAPÍTULO V - DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 14. A prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 64
25° GAC - SALC

acordo com as normas regulamentares.

Art. 15. Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 16. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pelo Município, o DAEB poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Esta Lei entra vigor após a data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de julho de 2016.

Dudu Colombo,
Prefeito Municipal

Carmen Luna Falcão
Chefe de Gabinete

Registre-se e Publique-se.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 62
25º GAC - SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CM S - 3ª D E - 3ª Bda C Mec
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C ArtCav/1831)
GRUPO LEITE DE CASTRO

MEMÓRIA DE CÁLCULO – INEX DAEB 2024 – UGG 160361

O OBJETO: **SERVIÇO DE FORNECIMENTO ED ÁGUA POTÁVEL E RECOLHIMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS.**

Esta Memória de Cálculo foi redigida com base nos dados de consumo diário de água potável registrados no livro do oficial de dia e consolidados no RPCM, sob controle do Encarregado do Setor Financeiro do 25° Grupo de Artilharia de Campanha, tendo em vista o objetivo de controlar o consumo e elaborar políticas sustentáveis de mitigação dos vazamentos e desperdícios de água potável. O PI em questão é utilizado especificamente para pagamento de taxas, tarifas e consumo normal de água potável e recolhimento de efluentes da OM, conforme a Orientação dos Agentes da Administração 2023 - OAA/23. Tal memória de cálculo baseia-se no valor de crédito recebido do referente objeto da Licitação.

SÉRIE HISTÓRICA – ND 30 2022				
UASG - 160361				
Nº	PI	NC	DATA	VALOR
1	I3DACSPAGES	NC003540	07 FEV	R$ 17.900,00
2	I3DACSPAGES	NC006060	08 ABR	R$ 41.000,00
3	I3DACSPAGES	NC009795	08 JUN	R$ 50.000,00
4	I3DACSPAGES	NC017062	28 DEZ	R$ 50.000,00

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 63
25º GAC - SALC

SÉRIE HISTÓRICA – ND 30 2023				
UASG - 160361				
Nº	PI	NC	DATA	VALOR
1	I3DACSPAGES	NC005225	13 MAR	R$ 11.300,00
2	I3DACSPAGES	NC007426	04 ABR	R$ 67.800,00
3	I3DACSPAGES	NC009532	24 MAI	R$ 22.600,00
4	I3DACSPAGES	NC010945	03 JUL	R$ 11.300,00

Em anexo a este documento, encontram-se os extratos de controle de consumo de água potável, fornecidos pelo Encarregado do Setor Financeiro.

Bagé/RS, 04 de junho de 2024

MARCELO DA SILVA MÜLLER – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 25° GAC

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 64
25° GAC - SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25° Grupo de Artilharia de Camapnha
(CMS – 6ª DE – 3ª BDA C MEC)
"GRUPO LEITE DE CASTRO"

JUSTIFICATIVA DA ACEITAÇÃO DO PREÇO OFERTADO PELA CONTRATADA
NUP: 64556.002877/2024-17

Tratando o presente contrato de prestação de serviço de natureza essencial, ou seja, indispensável ao normal funcionamento das atividades orgânicas e operacionais desta Organização Militar, e sendo o Departamento de Água e Esgoto de Bagé único fornecedor do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto na região de atuação desta Organização Militar – não havendo que falar, portanto, em viabilidade de competição pela inexistência de outra empresa do mesmo setor que forneça o mesmo serviço -, entendendo, ainda, que as tarifas de correspondência no país possuem regulação conforme a **Lei 5.626/2016**, este contratante não possui outra alternativa senão aceitar o preço ofertado pela contratada, sob pena de ficar sem o citado serviço.

Bagé-RS, 10 de julho de 2024.

MARCELO DA SILVA MÜLLER – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 25° GAC

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 65
2ª GAC SALC

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO - LEI MUNICIPAL Nº 5.626/2016

CATEGORIAS DE CONSUMO DE AGUA		FAIXAS DE CONSUMO						SERVIÇO BÁSICO	
		1	2	3	4	5	6	ÁGUA	ESGOTO
		00 - 15	16 - 25	26 - 35	36 - 45	46 - 55	Acima de 55m³		
RESIDENCIAL	RESIDENCIAL SOCIAL	1,15	1,83	2,75	3,35	4,28	4,57	6,11	1,53
	RESIDENCIAL	00 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	Acima de 50m³		
		3,05	3,66	4,89	5,79	6,4	7,99	38,17	7,63
		00 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	Acima de 50m³		
COMERCIAL	COMERCIAL I	5,34	5,66	5,95	6,27	6,56	7,64	38,17	7,63
	COMERCIAL II	6,72	7,02	7,33	7,64	7,94	8,25	38,17	7,63
INDUSTRIAL		6,72	7,02	7,33	7,64	7,94	8,25	45,80	7,63
PÚBLICA		5,34	5,66	5,95	6,27	6,56	7,64	38,17	7,63
ESGOTOS		CATEGORIAS DE ESGOTOS							
		RES. SOC.	RESID.		COM. I	COM. II		IND.	PUB.
% SOBRE O TOTAL DA ÁGUA CONSUMIDA		25%	50%		50%	50%		50%	50%

Conforme Resolução CSR nº 015/2023, as tarifas de água e esgotos foram reajustadas em 5,19 %, a partir de janeiro de 2024.

SIAFI2024-CONTABIL-DEMONSTRA-DIARIO (CONSULTA DIARIO CONTABIL)

04/07/24 11:15 USUARIO: ACUNHA

DATA EMISSAO : 09Abr24 VALORIZACAO : 09Abr24 NUMERO : 2024NC007263

UG EMITENTE : 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160361 / 00001 - 25. G A C

OBSERVACAO

ATD COMPLEMENTO ÁGUA E ESGOTO DE AGO A DEZ DE 2024.

DOC DE REF : DIEX NR 904 SGS/SDIR/DIR DE 15 SET 2023.

PRZ DE EMPH:IMEDIATO.

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 66 25º GAC. SALC

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	1	171460	1000000000	339000		160073	I3DACSPAGES	70.000,00

LANCADO POR : 92283918120 - CLESIA SILVA UG : 160073 09Abr24 09:36

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

DAEB	GSAN - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E SERVICOS DE SANEAMENTO **Certidão Positiva de Débito - Com efeito de negativa**	PAG 1/1 03/07/2024 11:14:20

Certifico, a vista de documentos comprobatórios e pesquisa de registros na nossa base de dados (sem atualização de valores), que o imóvel abaixo descrito, atualmente sob responsabilidade do Sr. VINTE E CINCO GAC - FUNDOS , CNPJ: 09.547.459/0001-84 se encontra na seguinte situação, nesta data.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 61
25º GAC - SALC

DADOS DO IMÓVEL:					
Matrícula	IPTU	Endereço:	R PADRE ABILIO SPONCHIADO, R, NUM 680 - 0		
91233		Bairro:	ESTRELA D ALVA	CEP:	96400-100
		Localidade:	BAGE	Município:	BAGE

Inscrição	Categoria	Subcategoria	Economias
001.005.1667.0680.9196	PUBLICA	NORMAL	1
Perfil do Imóvel	**Situação Ligação de Água**	**Situação Ligação Esgoto**	**Situação do Poço**
NORMAL	LIGADO	LIGADO	-

Fat./Serv.	Descrição	Referência	Vencimento	Valor (R$)	Val./Parc. Aber.
Debitos a cobrar	SEGUNDA VIA	07/2024	0/1	3,26	1
TOTAL:				3,26	

DAEB
RUA MARECHAL DEODORO, 451, MARECHAL DEODORO, 451 - CENTRO - CEP 96400-400
C.N.P.J. 90.940.172/0001-38 / Inscrição Estadual 430160
http://www.daeb.com.br

IMPORTANTE: Qualquer rasura tornará nulo o efeito desta certidão. Válida por 30 dias.

10020 40700 06000 60100 90122 73132

Código de Autenticidade da Certidão

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Entes Públicos

Emissão em 04/07/2024, 10:48

CNPJ Informado: 90.940.172/0001-38.

Nenhum registro encontrado para o Ente Público consultado. Situação Regular.

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina.

EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª SGAD/SALC
FL 68

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 69
25º GAD. SALC

PARECER REFERENCIAL n. 00003/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 00688.000255/2023-95
INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA (E-CJU/SSEM)
ASSUNTOS: LICITAÇÕES

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: FORNECIMENTO DE ÁGUA E/OU COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 74, *CAPUT*, DA LEI 14.133/21.

1. PRELIMINARMENTE.

1.1. Da manifestação jurídica referencial e seu objeto. A Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014.

1.2. Finalidade, abrangência e limites do Parecer.

2. LIMITES DA CONTRATAÇÃO E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA.

3. ANÁLISE. Da necessidade de comprovação da prestação do serviço de água e esgoto por prestador único/exclusivo. Inexigibilidade de licitação (art. 74, *caput*, da Lei 14.133/21).

4. INSTRUÇÃO PROCESSUAL: a) Estudo Técnico Preliminar; b) Análise de riscos; c) Termo de Referência; d) Adequação orçamentária; e) Requisitos de habilitação e qualificação; f) Razão da escolha do contratado; g) Justificativa de preço; h) Plano de Contratações Anual – PCA; i) Designação de agentes públicos; j) Autorização da autoridade competente e publicidade.

5. DA MINUTA DO CONTRATO. Contrato de adesão e prazo de vigência. Considerações.

6. CONCLUSÃO. Atestado de adequação do processo ao Parecer Referencial. Desde que o Órgão assessorado atenda as orientações exaradas no Parecer Referencial --- ou, se for o caso, justifique seu afastamento --- é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo sem submeter os autos à e-CJU/SSEM, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

I. RELATÓRIO

I.1. Do objeto da manifestação jurídica referencial.

1. Trata-se de manifestação jurídica referencial destinada a orientar os órgãos assessorados pela e-CJU/SSEM em procedimentos de contratação direta de serviços de **fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário**.

2. Registre-se que a presente manifestação tomou como base de sua elaboração o **Parecer Referencial nº 00001/2018/CJU-MT/CGU/AGU** --- a cujos termos esta e-CJU/SSEM manifestou adesão (vide NUP n. 00688.001069/2021-10) ---, atualizando-o de modo a adequar suas disposições ao regime jurídico da nova Lei 14.133/21.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL. 10
3ª SGAC - SALC

I.2. Do cabimento da manifestação jurídica referencial. A Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014.

3. A Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União, inaugurou a denominada *manifestação jurídica referencial* no âmbito da Advocacia-Geral da União, em resposta aos reclamos por uma maior racionalização, celeridade, eficiência e economicidade da atuação dos seus órgãos consultivos.

4. O intuito é tornar dispensável o envio de processos versando sobre a matéria objeto de manifestação jurídica referencial, sem que isso implique em amesquinhamento da atuação consultiva ou fragilização da prestação do assessoramento jurídico imposto por lei (art. 11, VI, da Lei Complementar n. 73/1993; art. 53, *caput* e §4º; art. 72, III, todos da Lei n.14.133/2021).

5. Veja-se o que dispõe a ON n.º 55/2014:

> **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**
>
> O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014.

6. Tal iniciativa já foi analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme verificado no Informativo TCU nº 218/2014: "*É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes*" (Acórdão 2674/2014-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO).

7. Como se pode observar, a construção de uma *manifestação jurídica referencial* depende da comprovação de que o volume de processos possa impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos. Além disso, deve-se comprovar que a atividade jurídica que seria demandada se restringiria à mera conferência de documentos ou à enunciação-padrão de adequação jurídica da instrução ou conclusão firmada pela área técnica.

8. Quanto ao primeiro requisito, tem-se que o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes tem impactado a atuação deste órgão consultivo, em desprestígio ao princípio da razoável duração do processo, e, ocasionalmente, à segurança jurídica. Deveras, a multiplicidade desse tipo de demanda traz impactos negativos no tempo em que os advogados poderiam se dedicar ao estudo e aprofundamento de matérias verdadeiramente complexas e relevantes, nos mais variados temas.

9. A e-CJU/SSEM é a segunda maior unidade virtualizada --- atrás apenas da e-CJU/Aquisições ---, lida com uma gama relevante de diferentes tipos de contratações de serviços, num total de mais de 5.000 (cinco mil) processos distribuídos somente no ano de 2022. Todavia, vem sofrendo reduções no número de Advogados de seu corpo jurídico, principalmente em razão da saída de colegas para atuarem em outras unidades da AGU, o que acaba resultando em um cenário de escassez de pessoal e sobrecarga.

EXECUTIVO 085 FL 12

10. Neste cenário, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais enquanto medida gerencial para equilibrar o aumento da demanda de processos nesta unidade consultiva tem sido prática adotada pela e-CJU/SSEM desde sua criação no ano de 2020, o que inclusive foi digno de menção honrosa no último **Relatório de Correição Ordinária nº 41/2021** da Corregedoria da Advocacia-Geral da União (NUP 00406.000031/2021-31):

> 109. Verifica-se, portanto, que a adoção desse procedimento é uma realidade digna de elogio na rotina da unidade, vez que a utilização de manifestações jurídicas referenciais é um importante instrumento de gerenciamento das demandas repetitivas.

11. Nesse sentido, a presente manifestação referencial pode ser considerada, sob certa perspectiva, uma continuidade da política de tratamento conferida por esta e-CJU à temática da **desburocratização e simplificação de procedimentos de contratação que, a par de apresentarem baixa complexidade, estão em um contexto de maior grau de maturação e consolidação em termos de entendimentos, além de se apresentarem de modo geral como de pouca expressão em termos econômicos** (vide Ofício nº 00001/2020/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU; seq. 1 do NUP 00688.001194/2020-31).

12. Reforça este posicionamento o fato de que a nova lei de licitações e contratos, Lei n. 14.133/21, trouxe novas, expressas e desafiadoras atribuições à Advocacia Pública. A mera análise de conformidade de minutas de licitações e contratos parece ceder espaço para um conjunto de responsabilidades e atribuições mais arrojadas e interconectadas ao longo de todo o procedimento de contratação pública (*e.g.* vide art. 8, §3º; art. 10; art. 19, IV; art. 53, *caput* e §4º; art. 72, III; art. 117, §3º; art. 156, §6º; art. 163, V; art. 168; art. 169, II; todos da Lei 14.133/21).

13. A presente proposta de padronização diminuirá a necessidade de análise individualizada dos processos relativos à contratação direta de serviços de **fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário**, prestigiando o princípio da eficiência e uniformizando a atuação do órgão jurídico neste tipo de matéria repetitiva, sem prejuízo da segurança jurídica necessária à prática do ato. Proporcionará ainda o redimensionamento da atuação consultiva para análise das demandas e consultas jurídicas mais complexas e relevantes.

14. Quanto ao segundo requisito, saliente-se que a dispensa de análise jurídica individualizada de processos que tenham por objeto a contratação direta de serviços de **fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário** se justifica em razão deste tipo de processo ser, em geral, de baixa complexidade, instruído com atos e documentos de cunho meramente administrativo e revestidos de certa singeleza, cuja conferência é de atribuição dos agentes responsáveis pela instrução do processo. De fato, em casos como tais, a atividade jurídica acaba por se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência documental.

15. Não se está a dizer que esses processos jamais deverão ser encaminhados ao órgão jurídico consultivo. Questões de natureza **jurídica** que eventualmente sobressaiam de um processo e que suscitem **dúvidas específicas** no gestor público quanto a forma de proceder podem e devem ser **pontualmente** submetidas à análise da unidade consultiva sempre que o órgão assessorado entender necessário.

16. Pelo exposto, considerando que, a uma, todo o contorno jurídico que envolve o processo de contratação direta de **fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário**, já está contido no presente Parecer Referencial; a duas, a pluralidade de processos com matéria jurídica idêntica a impactar a atuação do órgão consultivo; e, por fim, a análise dos mesmos demandar mera atividade burocrática de conferência documental, resta configurado que a situação objeto de análise se amolda às diretrizes traçadas na Orientação Normativa nº 55/2014, **dispensando-se a submissão individualizada e obrigatória de processos versando sobre esta matéria à análise unidade consultiva**.

17. Cumpre frisar que a presente manifestação tem, a rigor, apenas o escopo de atualizar o **Parecer Referencial n. 00001/2018/CJU-MT/CGU/AGU** --- que trata do mesmo tema, porém sob a égide da Lei n. 8.666/93 --- à luz do novo regime jurídico da Lei n. 14.133/21.

18. Por fim, registre-se que compete ao Órgão assessorado atestar que o assunto tratado no processo corresponde àquele versado na manifestação jurídica referencial, para o fim de não encaminhamento do mesmo. Decorre daí, que não se deve adotar como praxe o envio dos autos para a e-CJU deliberar se a análise individualizada se faz necessária ou não, pois o escopo da manifestação referencial é justamente eliminar esse trâmite.

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 12 2ª CIA SALC

I.3. Finalidade, abrangência e limites do Parecer.

19. Esta manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade administrativa dos atos a serem praticados, conforme estabelece o artigo 53, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
>
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
>
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
>
> (...)
>
> § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

20. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> **Enunciado BPC nº 7**
>
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

21. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

22. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

23. Finalmente, impõe-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 13
2ª GAD / SALC

II. ANÁLISE

II.1. Limites da contratação e instâncias de governança.

24. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em seu artigo 3º:

> Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.
>
> § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:
>
> I - titulares de cargos de natureza especial;
>
> II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e
>
> III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.
>
> § 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.
>
> § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

25. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, veio estabelecer normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193/2019.

26. O órgão assessorado deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada --- se constitui ou não atividade de custeio ---, e, em caso positivo, verificar no âmbito da sua estrutura organizacional qual autoridade detém competência para autorizar a presente contratação, juntando aos autos a respectiva autorização expressa.

27. Recomenda-se, igualmente, que a área técnica do órgão assessorado verifique a eventual existência de outros atos normativos (Decretos, Portarias etc) no âmbito de sua estrutura organizacional que preveja "*limites*", "*contingenciamento orçamentário*" ou "*restrição ao empenho de verbas*", que porventura tenham efeitos aplicáveis ao caso concreto.

II.2. Avaliação de conformidade legal.

28. O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

> Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:
>
> I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recurso de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 14
ASSESSORIA - SALC

29. Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

30. Nesse sentido, um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União.

31. Referidos documentos estão disponíveis no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/listas-de-verificacao.

32. Recomenda-se, portanto, seja realizada a avaliação de conformidade legal com base nos elementos acima descritos, instruindo-se os autos com a lista de verificação.

II.3. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade.

33. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

34. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

35. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade.

36. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

37. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

38. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os

demais princípios licitatórios.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 15
2ª CAC - SALC

39. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser observados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

> a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial
>
> b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame (quando for o caso); e,
>
> c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

40. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

41. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

> I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
>
> II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
>
> III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

42. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto, Plano Diretor de Logística Sustentável e em relação ao Termo de Referência

II.4. Da necessidade de comprovação da exclusividade da prestação do serviço. Inexigibilidade de licitação (art. 74, *caput*, da Lei 14.133/21).

43. Via de regra, as contratações de bens e serviços realizadas pela Administração Pública devem ser precedidas de procedimento licitatório. Apesar disso, existem situações em que não há como ocorrer a licitação, visto que a própria **realidade fática**, ou a **lei**, impõe que seja realizada a contratação sem a prévia competição.

44. Surgem, pois, as hipóteses de *dispensa* e de *inexigibilidade*, que têm o condão de permitir a contratação direta, desprezando-se o certame público. São casos excepcionais, justificáveis ora pela inconveniência para o interesse público (dispensa), ora pela mera inviabilidade da competição (inexigibilidade).

45. Seja por meio da *inexigibilidade*, seja por meio de *dispensa* da licitação, infere-se que a contração direta é meio atribuído à Administração Pública para exaltar a eficiência, sem prescindir do dever de realizar a melhor contratação possível ou desconsiderar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Nesse sentido, deverá ser dado tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes, observando-se sempre os referidos princípios para satisfazer o interesse da coletividade.

46. O elemento erigido pela lei como caracterizador da licitação **inexigível** é, deveras, a **inviabilidade de competição:**

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 16
2ª GAD - SALC

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)

47. O art. 74, da Lei nº 14.133/21, traz algumas hipóteses de inexigibilidade de licitação em seus incisos, todavia, elas são meramente exemplificativas. Ou seja, qualquer situação em que fique comprovada a inviabilidade de competição pode ser enquadrada na hipótese de inexigibilidade de licitação abrangida pelo *caput* do art. 74, da referida Lei.

48. No presente caso, é de se registrar que o abastecimento de água e o esgotamento sanitário são, via de regra, serviços públicos regularmente outorgados a concessionárias pela legislação regente. Nesse sentido, a manifestação jurídica referencial em tela se aplica tão somente **às hipóteses em que restar comprovado que a concessionária respectiva detém a exclusividade no abastecimento de água e na coleta de esgotos na localidade a ser atendida.**

49. O Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre a possibilidade de contratação de serviços exclusivos por inexigibilidade, senão vejamos:

> "Contratação Pública – Inexigibilidade – Serviços Exclusivos – Possibilidade – Fundamentação legal – TCU
> A contratação de serviços exclusivos por inexigibilidade de licitação não pode ser fundamentada no art. 25, I da Lei nº 8.666/93, visto que esse dispositivo alude às hipóteses de compras apenas, conforme decisão do TCU. (TCU, Decisão nº 397/1996, Plenário, Rel. Min. Homero dos Santos, DOU de 23.07.1996) **Analisando posteriormente a mesma situação, a Corte de Contas anuiu às razões do recorrente, de forma a entender pela possibilidade da contratação de serviços exclusivos por inexigibilidade com fundamento no art. 25,** caput, **da Lei nº 8.666/93, desde que comprovada a inviabilidade de competição.** (TCU, Decisão nº 63/1998, Plenário, Rel. Min. Adhemar Paladini Ghisi, DOU de 17.03.1998)"

50. Embora o precedente faça menção ao art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, o regime jurídico acerca da matéria na Lei n. 14.133/21 se manteve inalterado, diante da reprodução daquele dispositivo legal no novel art. 74, *caput*, da nova lei.

51. Ora, se a concessionária de serviços públicos detém a exclusividade no abastecimento de água e na coleta de esgotos na localidade, é de se concluir que caracterizada está a inexigibilidade da licitação quanto a estes serviços, por absoluta inviabilidade de competição.

52. Recomenda-se, portanto, seja providenciado atestado por meio do qual seja comprovado que a futura contratada, na condição de detentora da concessão do serviço público, é a **única** prestadora de serviços de água e esgoto que atende a localidade.

53. Saliente-se que deve haver comprovação da existência de um único fornecedor do serviço objeto da contratação. A exclusividade deve ser comprovada através dos contratos de concessão, perquirindo-se sobre a **exclusividade** do fornecimento do serviço.

54. Demonstrada a inviabilidade da competição no caso concreto, em razão da futura contratada tratar-se, **por força de contrato de concessão com exclusividade, da única prestadora do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na localidade a ser atendida,** entende-se cabível a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, *caput*, da Lei n. 14.133/21, podendo o órgão assessorado prosseguir na análise dos ulteriores termos do presente parecer referencial.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 11
25º GAC - SALC

II.5. Instrução processual.

55. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que o processo de contratação direta deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme abaixo transcrito:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
>
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
>
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
>
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
>
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
>
> VI - razão da escolha do contratado;
>
> VII - justificativa de preço;
>
> VIII - autorização da autoridade competente.
>
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

56. Recomenda-se que o órgão assessorado se certifique da adequada elaboração de cada um dos documentos referidos no dispositivo acima transcrito, realizando a juntada dos mesmos aos autos do processo.

57. Alguns desses documentos serão abaixo examinados.

II.5.1. Estudo Técnico Preliminar.

58. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

59. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

> Art. 18. (...)
>
> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - requisitos da contratação;
>
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo

classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

60. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes no caso concreto.

61. Além das exigências da Lei nº 14.133, de 2021, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

62. Recomenda-se que os servidores da área técnica e requisitante ou a equipe de planejamento da contratação elabore(em) o estudo técnico preliminar, contendo as previsões necessárias relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

II.5.2. Análise de riscos.

63. O art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o processo de contratação direta deverá contemplar a análise dos riscos.

64. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. Recomenda-se que tais orientações sejam incorporadas ao planejamento da contratação.

65. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XXVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvida, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

II.5.3. Termo de Referência.

66. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das informações que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 19
GAC - SALC

67. A Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

II.5.4. Adequação orçamentária.

68. Conforme se extrai do art. 72, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, o processo de contratação direta deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

69. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

> **Lei nº 8.429, de 1992**
>
> Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)
>
> (...)
>
> IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
>
> (...)
>
> **Lei nº 14.133, de 2021**
>
> Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
>
> (grifou-se)

70. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que

acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

71. Atente-se que compete ao órgão verificar a aplicabilidade da Orientação Normativa nº 52, do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da LC Complementar nº 101, de 2000:

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 80 CAOSALC

> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

II.5.5. Requisitos de habilitação e qualificação.

72. Quanto aos requisitos de habilitação e qualificação da contratada, alerta-se que, mesmo nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, sua comprovação deve ser exigida antes da formalização do contrato (art. 92, XVI c/ c arts.72, V, e art. 91, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

73. Nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/21, há quatro tipos de habilitação: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; econômico-financeira.

74. No que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são unissonas no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda e a Dívida Ativa da União, o INSS e o FGTS. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

75. Cabe ao administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da contratação.

76. Recomenda-se ao gestor comprovar ou justificar eventual ausência do cumprimento, por parte da contratada, de exigências de habilitação jurídica e/ou de regularidade fiscal e trabalhista e/ou de qualificação técnica e/ ou econômico-financeira estabelecidas, bem como a ausência do cumprimento da exigência de inexistência de impedimentos para contratar com o Poder Público

77. No caso, porém, adverte-se que, ainda que a situação fiscal e trabalhista não esteja regular, a contratação poderá ser efetivada, porquanto aplicável a **Orientação Normativa AGU nº 9, de 01/04/2009**, segundo a qual:

> A comprovação da regularidade fiscal na celebração do contrato ou no pagamento de serviços já prestados, no caso de empresas que detenham o **monopólio de serviço público**, pode ser dispensada em caráter excepcional, desde que **previamente autorizada pela autoridade maior do órgão contratante**, e, concomitantemente, a **situação de irregularidade seja comunicada ao agente arrecadador e à agência reguladora.**

78. Recomenda-se sejam tais documentos de regularidade fiscal requeridos, ou então adotadas as medidas recomendadas na ON AGU nº 9, de 01/04/2009, acima descrita.

II.5.6. Razão da escolha do contratado.

79. Quanto à razão da escolha do contratado, ela se confunde com o próprio fundamento da inexigibilidade de licitação, amparada, pois, na existência de apenas uma prestadora apta à execução do serviço.

80. Quanto a este aspecto, remetemos o órgão assessorado ao quanto disposto no tópico II.2.4 deste Parecer Referencial.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 81
2ª SGAC/SALC

II.5.7. Justificativa de preço.

81. Os preços dos serviços prestados pelas concessionárias de água e esgoto são definidos em conformidade com normatização própria e aplicados de maneira uniforme a todos os usuários do serviço.

82. Deveras, as concessionárias praticam preços constantes em tabelas tarifárias específicas, cujos valores são regidos por parâmetros já previamente definidos pelo poder concedente no contrato de concessão.

83. Ademais, tratando-se de serviços executados em regime de exclusividade, não há sequer que se falar em pesquisa de preços perante outros fornecedores/prestadores.

84. Nesse contexto é que se deve ter em vista o elemento "justificativa do preço" (art. 72, inciso VII, da nova Lei de Licitações).

85. Acerca do tema, impende trazer à colação a Orientação Normativa AGU n. 17/2009:

> **ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 17/2009**
> É OBRIGATÓRIA A JUSTIFICATIVA DE PREÇO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE A COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ORGÃOS PÚBLICOS OU PESSOAS PRIVADAS.

86. Assim, como forma de demonstrar que os valores cobrados pela futura contratada são compatíveis com aqueles cobrados dos consumidores do mesmo padrão, cabe à Administração verificar o correto enquadramento da unidade consumidora e a adequação dos preços praticados à estrutura tarifária autorizada para a prestadora de serviços.

87. A Lei nº 14.133, de 2021, caminha no mesmo sentido. Seu art. 23, §4º, afirma que nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

88. Portanto, recomenda-se, a título de justificativa do preço, que o órgão assessorado verifique se os valores cobrados pela futura contratada guardam compatibilidade com a política tarifária praticada pela mesma em relação aos usuários em geral.

II.5.8. Plano de Contratações Anual - PCA.

89. O Decreto nº 10.947, de 2022, regulamentou o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, do planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente, incluídas as contratações diretas (art. 6º do referido Decreto).

90. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §1º, da Lei nº 14.133, de 2022.

91. Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 62
GAC/SALC

II.5.9. Designação de agentes públicos.

92. O art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, trata da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

> Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:
>
> I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
>
> II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
>
> III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
>
> § 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
>
> § 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

93. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

> Art. 9º
>
> (...)
>
> § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
>
> § 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

94. Recomenda-se sejam juntados aos autos os atos de designação dos agentes competentes para a prática dos atos envolvidos na contratação e na fiscalização da sua execução.

II.5.10. Autorização da autoridade competente e publicidade.

95. Uma vez juntada aos autos a documentação instrutória, a contratação direta prevista no art. 72 Lei nº 14.133, de 2021, isto é, estando o feito devidamente instruído, é tempo de providenciar a autorização da autoridade competente.

96. A ela --- autoridade competente --- caberá decidir, ao final, se há alguma irregularidade a demandar saneamento ou anulação, se há qualquer razão para revogação por conveniência e oportunidade e, caso contrário, em ambos os casos, procederá à autorização da contratação.

97. Vale registrar que sob a égide da Lei nº 14.133/21 basta uma única autorização, já que, diferentemente do regime jurídico da Lei n. 8.666/93 que previa a necessidade dos dois atos -- reconhecimento e ratificação -- novel diploma legal não trouxe essa exigência.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 83
25º GAC/SALC

98. Nesse sentido, vide a doutrina de Hugo Sales:

> "Tal ato é análogo ao reconhecimento e ratificação que existiam no regime da Lei nº 8.666/93, com algumas diferenças. Inicialmente, não há mais necessidade de prática de dois atos, bastando uma única autorização. Uma mudança bem-vinda, já que se observava que o reconhecimento e a ratificação ocorriam na mesma seara e não tinham o condão de gerar alguma segurança maior da qualidade da contratação --- e mesmo quando em órgãos distintos, a autoridade superior muitas vezes não era acostumada com processos de contratação e, ou simplesmente endossava a posição da autoridade *a quo* ou reanalisava todo o processo, o que gerava retardos em contratações muitas vezes caracterizadas pela sua relativa ou absoluta emergência."
>
> (SALES, Hugo. *Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/21 - Comentada por Advogados Públicos* / Organizador Leandro Sarai - São Paulo: Editora JusPodivm, 2021, p. 873)

99. Por fim, recomenda-se seja o ato de autorização da contratação direta disponibilizado em sítio eletrônico oficial (Portal Nacional de Contratações Públicas), nos termos do art. 6º, LII; 174, I e § 2º, III, todos da Lei nº 14.133, de 2021.

II.6. Da minuta do Contrato.

II.6.1. Contrato de adesão.

100. Quanto à formalização da avença, que se dará mediante contrato de adesão, insta considerar que, em tais ajustes para prestação de serviço público, a Administração Pública não age com prerrogativas típicas de Poder Público, colocando-se na posição de qualquer outro consumidor do serviço.

101. O Tribunal de Contas da União já abordou a questão, concluindo que a Administração, quando for usuária de serviços públicos, tal como o fornecimento de água e esgoto, não goza de suas prerrogativas de Direito Público, já que não se trata da celebração de contrato administrativo típico:

> 26. Neste tipo de contrato, ao usuário, seja ele pessoa física ou jurídica, de direto privado ou público, não é dado discutir as condições da prestação do serviço, ou aceita as normas impostas pelo prestador ou, caso contrário, recorre administrativa ou judicialmente, para que possa ver apreciadas suas reivindicações.
>
> 27. Como se vê, na relação jurídica decorrente do contrato de consumo de energia elétrica não age a Administração com prerrogativas típicas de Poder Público, diferentemente do que ocorre na relação jurídica existente entre o poder concedente e a concessionária de energia elétrica. Trata-se, pois, de contrato privado (para alguns também chamado semipúblico ou ainda administrativo de figuração privada).
>
> 28. O entendimento acima esposado foi, em nosso entendimento, bem sintetizado no Parecer CONJUR/MME nº 235/96, publicado no DOU de 27.11.96, Seção I, fls. 25009 a 25011, citado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator da consulta em apreço, do qual destacamos os seguintes trechos:
>
> "39. A circunstância de estar presente a Administração Pública nesse tipo de contrato não o transforma, necessariamente, em contrato administrativo típico. Consoante o entendimento da melhor doutrina, o que caracteriza o contrato administrativo é a presença da Administração com prerrogativas de Poder Público, vale dizer, como agente do interesse coletivo preponderante. Existindo, por lei, estando a lei ao seu público posição de destaque na

relação contratual, inclusive com a faculdade de alterar, unilateralmente, as condições do ajuste. Embora lhe garanta a lei a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro porventura afetado por essa alteração unilateral, não pode o particular recusá-la.

40. Ora, ao contratar com a concessionária de energia elétrica o órgão público está em condições de igualdade com qualquer outro consumidor de energia elétrica. Sujeita-se às mesmas exigências técnicas e financeiras para obter o fornecimento; cabe-lhe apresentar instalações em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis e, se for o caso, contribuir para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento. Não, portanto, o diferencia dos demais usuários.

[...]

52. Nenhuma razão, portanto, justifica o tratamento diferenciado dos órgãos públicos, como consumidores de energia elétrica. Do ponto de vista político, o interesse público exige que o serviço seja prestado com regularidade, continuidade, eficiência e segurança, atualidade e generalidade (Lei n.° 8.987/98, art. 6 °, § 1°). Sob o aspecto jurídico, 'não existe qualquer distinção entre os usuários', pelo que todos devem contribuir para a manutenção e a continuidade do serviço. (TCU – Decisão 537/1999 – Plenário).

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 84
3º SALC

102. Nesse mesmo sentido, assim se manifestou a CJU/MG:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA CJU-MG Nº 08, DE 17 DE MARÇO DE 2009

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT.

Contrato de Adesão de natureza predominantemente privada, equiparando-se a União a qualquer outro usuário (Parecer GQ-170). Impossibilidade de imposição de cláusulas exorbitantes em favor da União no contrato de prestação de serviços postais. Interpretação do art. 62, §3º, da Lei 8.666/93.

Referências:

Parecer de uniformização Nº AGU/CGU/NAJ/MG-0864/2008-ASTS;

Decisão 537/1999 – Plenário do TCU;

Parecer GQ-170 de 06/11/1998.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA NAJ-MG Nº 41, DE 07 DE MAIO DE 2009:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CONCEDIDO PELA UNIÃO. **OBSERVÂNCIA DO CONTRATO DE ADESÃO APROVADO POR AGÊNCIA REGULADORA FEDERAL (TELEFONIA - ANATEL/ ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL).**

- A União, como poder concedente de serviço de sua titularidade (Art. 21, XI, XII, b da Constituição da República de 1988), pode aprovar contrato de adesão a ser utilizado nas contratações envolvendo o consumidor e os concessionário do serviço, conforme regulamentação da Agência Reguladora Federal competente;

- Todavia, ao contratar a prestação do serviço público por si concedido, figurando na posição de usuário/consumidor, a **União firma contrato predominantemente submetido ao regime de direito privado, situação na qual não poderá impor ao prestador/fornecedor modificações no contrato de adesão;**

- A União, na posição de contratante, verificando irregularidade **no contrato de adesão, deve comunicar o fato à Agência Reguladora, a quem competente adotar as medidas que julgar cabíveis.**

Referências: Pareceres Nº AGU/CGU/NAJ/MG: 0462/2008-FACS; 1393/2008-MACV; 0864/2008-ASTS; Art. 74 do Anexo à Resolução/ANATEL nº 426/2005 (Serviço de telefonia fixa comutada);

Arts. 2º e 22 da Resolução/ANEEL nº 456/2000, Art. 1º da Resolução/ANEEL nº 615/2002 (Aprova o Contrato de Adesão ao Serviço de Energia Elétrica para Unidades Consumidoras atendidas em Baixa Tensão); Parecer nº GQ-170 de 06.11.1998; Decisão nº 537/1999-Plenário do TCU.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 06
25º GAC SALC

103. Registre-se, ainda, sobre questão similar, o Parecer nº 05/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

> I. Nas prestações de serviços públicos em que a Administração Pública é tomadora da prestação, por se tratarem de **contrato de adesão**, as **regras são predominantemente privadas**, ficando em condição de igualdade como qualquer usuário do serviço público concedido, devendo observar as regras dos artigos 55 e 58 a 61 da Lei 8.666, de 1993, conforme expressamente dispõe o inc. II do § 3º, do art. 62, da mencionada lei.
>
> II. São serviços os quais a Administração se vê compelida a contratar serviços indispensáveis e, em certos casos, em regime de monopólio, que, por isso, são considerados não só úteis, mas essenciais, ficando, a partir daí, vinculada àquele contrato por muitos anos, classificados como contratos cativos de longa duração.
>
> III. Nesses casos, cabe à Administração simplesmente aderir ao contrato padrão da concessionária do serviço público, não cabendo à Administração alterar qualquer de suas cláusulas, adotando técnicas de contratação estandardizada.

104. No caso em comento, a Administração está em situação de consumidor cativo, pois só existe um único fornecedor de serviços de água tratada para a região. O contrato de adesão, por sua própria definição, não comporta alterações por parte do signatário, pois as minutas dos contratos são fiscalizadas e seguem normativas da respectiva Agência Reguladora – ANA, aprovadas após exame prévio de órgão da AGU.

105. Assim, no que tange à análise da minuta do contrato, recomenda-se seja adotada a minuta proposta pela concessionária (contrato de adesão), e, sem prejuízo da contratação dos serviços, no caso do órgão assessorado verificar alguma irregularidade no contrato de adesão, deverá comunicar o fato à Agência Reguladora, quando for o caso, a quem compete adotar as medidas que julgar cabíveis.

II.6.2. Prazo de vigência.

106. No tocante ao período de vigência contratual, tratando-se de contrato em que a Administração é parte como **usuária de serviço público**, reputam-se oportunas algumas considerações.

107. É certo que o art. 106 da Lei n. 14.133/21 prevê que a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, sendo que no artigo 107 limita a 10 (dez) anos, via de regra, o prazo de duração dos referidos contratos.

108. Excepcionalmente, porém, admite caso especial de contrato não sujeito a prazo certo, nem ao máximo decenal, estabelecidos nos referidos arts. 106 e 107. É o que se extrai do art. 109, que autoriza a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que a Administração seja usuária de serviço público oferecido em **regime de monopólio**, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

109. Esse entendimento já se encontrava sedimentado na Orientação Normativa AGU nº 36/2011:

> "A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO RESTEM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DE PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESSENCIALIDADE DO CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS."

110. Vale registrar que a previsão de um prazo indeterminado é mera faculdade da Administração Pública ("*poderá*"), cabendo a esta sopesar a conveniência e oportunidade de adotar tal orientação em suas contratações de água e esgoto.

EXECUTIVO BRASILEIRO
FL 66
25º GAB/SALC

111. Importante destacar que, em sendo caso de contratação por prazo indeterminado, a Lei n. 14.133/21 impõe ainda a necessidade de que seja comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

II.7. Atestado de adequação do processo ao Parecer Referencial.

112. Deverá o órgão assessorado informar, sempre que solicitado, a relação dos processos, com respectivo NUP, em que a presente manifestação jurídica referencial tenha sido adotada. Recomenda-se, ademais, seja juntada nos autos a presente declaração:

ATESTADO DE ADEQUAÇÃO DO PROCESSO AO PARECER REFERENCIAL

Processo: _____

Objeto: contratação de serviços de fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário por prestador exclusivo.

Valor estimado (Valor de referência): R$_____

Atesto que o presente processo, referindo-se à contratação do objeto acima descrito, adequa-se ao PARECER REFERENCIAL n. 00003/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, cujas recomendações restaram plenamente atendidas no caso concreto, e a instrução dos autos está regular, de acordo com o que está consignado na lista de verificação juntada aos autos.

Fica, assim, dispensada a remessa dos autos para exame individualizado a cargo da Consultoria Jurídica da União Virtual Especializada em Serviços sem Dedicação Exclusiva de Mão-de-Obra ou à Consultoria Jurídica da União do Estado, conforme autorizado pela Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União.

_____, _____ de _____ de

_____

Identificação (nome e matrícula) e assinatura

III. CONCLUSÃO

113. Diante do exposto, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria, é juridicamente possível dar prosseguimento ao feito, sem necessidade de submissão individualizada dos autos à e-CJU/SSEM, desde que o Órgão assessorado ateste que o assunto do processo é o tratado na presente manifestação jurídica referencial e ainda as orientações aqui expedidas, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

114. Ressalte-se que o presente parecer restringe-se aos aspectos legais do procedimento, não cabendo a este órgão consultivo o exame da matéria em razão do aspecto econômico e técnico, nem da oportunidade e conveniência da decisão adotada.

115. Reiteramos que eventuais dúvidas jurídicas específicas que surgirem a partir da aplicação da presente manifestação referencial aos casos concretos deverão ser submetidas ao crivo do órgão consultivo da AGU.

116. Nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; todavia, ao assim proceder, o gestor público deve estar ciente de que age por sua conta e risco, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, consoante reconhece a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 826/2011 - 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ª Câmara, nº 4.984/2011 - 2ª Câmara).

117. Submeto o presente Parecer Referencial à apreciação do Exmo. Sr. Coordenador da e-CJU/SSEM, Dr. Jenner Canella Bezerra Carneiro, a fim de que, concordando com os seus termos, dê amplo conhecimento aos órgãos assessorados, comunicando-lhes a desnecessidade de envio de processos por ela abrangidos para análise individualizada.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2023.

(assinado eletronicamente)
DANIEL LIN SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
Coordenador Substituto da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual de Serviços Sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688000255202395 e da chave de acesso 30fe03a5

Documento assinado eletronicamente por DANIEL LIN SANTOS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1097639546 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): DANIEL LIN SANTOS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 16-02-2023 20:29. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 88
25º GAC SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
GRUPO LEITE DE CASTRO

ATESTADO DE ADEQUAÇÃO DO PROCESSO AO PARECER REFERENCIAL

Processo: 64556.002877/2024-17

Objeto: Contratação de serviços de fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário por prestador exclusivo. Art 74. I da Lei 14.133/21

Valor estimado (Valor de referência): R$

Atesto que o presente processo, referindo-se à contratação do objeto acima descrito, adequa-se ao PARECER REFERENCIAL n. 00003/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, cujas recomendações restaram plenamente atendidas no caso concreto, e a instrução dos autos está regular, de acordo com o que está consignado na lista de verificação juntada aos autos.

Fica, assim, dispensada a remessa dos autos para exame individualizado a cargo da Consultoria Jurídica da União Virtual Especializada em Serviços sem Dedicação Exclusiva de Mão-de-Obra ou à Consultoria Jurídica da União do Estado, conforme autorizado pela Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União.

Bagé, RS, 11 de Julho de 2024

MARCELO DA SILVA **MÜLLER – Ten Cel**
Ordenador de Despesas do 25° Grupo de Artilharia de Campanha

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 89
GAC SALC

CONTRATO DE ADESÃO AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, E/OU COLETA, AFASTAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

MATRÍCULA DO IMÓVEL: 91233

Este instrumento contratual é regido pela Lei Municipal nº5625, de 26 de julho de 2016, Lei Municipal 5626, de 26 de julho de 2016, vinculado ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto do Departamento de Água, Arroios e Esgotos de Bagé – RSAE – demais legislações aplicáveis, que é aceito de forma integral pelo usuário responsável pelo imóvel, a seguir identificado:

1 - PARTES:

DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ARROIOS E ESGOTOS DE BAGÉ, Autarquia de direito público municipal, inscrita no CNPJ 90.940.172/0001-38, com sede na Rua Marechal Deodoro, 451, aqui designada DAEB e, de outro lado, VINTE E CINCO GAC - FUNDOS, CPF/CNPJ [illegible], Identidade: [illegible], Endereço: R PADRE ARLIO BRANCHIARI, R, N, 0 0 - ESTRELA D ALVA BAGE RS, doravante designado usuário.

2 – DO OBJETO: Tem o presente CONTRATO DE ADESÃO a finalidade de regular a prestação dos SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BAGÉ, mediante as seguintes cláusulas e condições:

3 – DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 – Principais obrigações da DAEB no atendimento dos serviços: a) Prestar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário quando disponível, de acordo com os padrões de qualidade, de continuidade e de pressão na rede, de acordo com a legislação em vigor; b) Apresentar na fatura informações relativas à qualidade da água distribuída; c) Atender as solicitações do usuário nos prazos previstos no RSAE; d) Prestar informações num prazo de até 30 (trinta) dias, para os casos previstos no RSAE; e) Comunicar por escrito a substituição dos equipamentos de medição, indicando a leitura do medidor retirado e do instalado, conforme RSAE; f) Realizar, a pedido do usuário, aferição do hidrômetro e demais serviços disponibilizados pela Autarquia; g)Cobrar do usuário nos casos de impedimento de leitura provocado pelas situações referentes à condição do equipamento de medição –hidrômetro-, o valor do serviço básico correspondente à categoria de consumo do usuário, mais a média do consumo dos últimos 06(seis) meses anteriores ao mês em que a leitura não foi possível ser executada; h) Informar ao usuário da possibilidade de apresentar recursos e pedido de reexame à autoridade competente, como seus respectivos prazos, para os casos previstos no RSAE; i) Emitir notificação de suspensão dos serviços, no prazo não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão; j) Restabelecer o fornecimento dos serviços nos prazos estabelecido no RSAE, contados a partir da data de regularização da situação que originou a suspensão, bem como da quitação das faturas vencidas; k) Emitir a declaração anual de quitação de débitos sem ônus ao usuário; l) Observar o procedimento previsto RSAE para a cobrança de multas e faturamentos a menor decorrentes de irregularidades de qualquer natureza; m) Informar o usuário, através da fatura, o percentual de reajuste e as revisão das tarifas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de início de sua vigência.

3.2 – Principais obrigações do usuário no atendimento dos serviços: a) Providenciar, obrigatoriamente, a ligação de água e/ou esgotamento sanitário nos termos da legislação vigente; b) Manter a adequação técnica e a segurança das instalações prediais de água e/ou esgoto, de acordo com as normas legais, termos e condições estabelecidas nos regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário e RSAE do DAEB; c) Manter sob sua guarda os aparelhos de medição e a unidade padrão de ligação, instalados no imóvel, zelando como fiel depositário pela sua integridade; d) Informar corretamente a atividade exercida no imóvel, bem como toda e qualquer alteração; e) Garantir o livre acesso aos representantes do DAEB devidamente identificados, para fins de inspeção, cadastro, leitura e/ou substituições do hidrômetro, devendo ainda prestar todas as informações pertinentes à ligação de água e/ou esgotamento sanitário, quando solicitado pelo DAEB; f) Responsabilizar-se por dano causado decorrente de procedimento irregular ou de deficiência técnica ou de segurança das instalações prediais de água e/ou esgoto, sendo expressamente vedada a revenda de serviços de água, ligação clandestina, religação à revelia e/ou derivação indevida; g) Informar seus dados cadastrais, as alterações e responsabilizar-se pela veracidade dos mesmos; h) Solicitar, no prazo de 10 (dez) dias, a alteração cadastral e a respectiva conta final em caso de extinção da posse ou do direito de propriedade, desocupação do imóvel e rescisão do contrato de locação; i) Em caso de alienação de imóvel, o adquirente ou vendedor deverá solicitar ao DAEB, em até 30 (trinta) dias, a alteração cadastral correspondente, apresentando documentação comprobatória; j) Efetuar o pagamento da respectiva fatura até a data do vencimento, sujeitando-se a suspensão do fornecimento do serviço nos casos de falta ou atraso de pagamento, bem como as demais medidas judiciais e extrajudiciais pertinentes à cobrança da dívida, nos termos do RSAE; k) Efetuar o pedido de ligação, imediatamente após a comunicação ao DAEB de disponibilidade dos serviços de coleta e afastamento do esgoto sanitário, quando o imóvel for abastecido por ligação de água, bem como efetuar o pedido de ligação ao sistema de abastecimento de água, quando o imóvel estiver ligado exclusivamente ao sistema público de esgotamento sanitário; l) Pagar o serviço básico fixado por economia, pela disponibilidade dos serviços; m) Cumprir fielmente as obrigações e determinações do RSAE do DAEB; n) Observar, no uso dos sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário os padrões de qualidade estabelecidos nas normas e regulamentos pertinentes, em especial quanto aos lançamentos na rede coletora de esgoto, responsabilizando-se por todo e qualquer dano causado ao sistema e ao meio ambiente; o)Informar ao DAEB sobre a ocorrência de vazamentos externos e outros fatos que possam afetar a prestação dos serviços; p) Providenciar instalação de reservatório domiciliar com objetivo de regular o abastecimento de água, sempre que, por motivo de ordem técnica, for exigida pelo DAEB, devendo o mesmo ser projetado e instalado de acordo com as normas técnicas vigentes e aplicáveis, responsabilizando-se pela sua manutenção.

4 – DOS CUSTOS DE CONEXÃO À REDE PÚBLICA:

4.1 – Cabe ao requerente usuário arcar com os custos da conexão ao sistema público de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário; 4.2 – Nos casos em que os custos de repavimentação da via pública e passeio público forem arcados pelo DAEB o usuário deverá ressarcir a Autarquia, conforme previsto na Tabela Tarifária vigente na data da solicitação.

5 – DA RESCISÃO:

Este contrato é vigente por prazo indeterminado e poderá ser rescindido nas seguintes condições: 5.1 – Por ação do usuário, mediante pedido de desligamento dos serviços, observado o cumprimento da legislação aplicável, 5.2 – Por ação do DAEB, após 90 dias da suspensão do fornecimento, nos casos previstos no art. 9º da Lei 5626, de 26 de julho de 2016; 5.3 – A rescisão não está condicionada à quitação dos débitos, mas o usuário inadimplente estará sujeito à cobrança judicial e extrajudicial da dívida.

6 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

6.1 - Caso o usuário tenha solicitações ou reclamações sobre a prestação dos serviços deverá fazê-las ao setor competente do DAEB, e não concordando com o resultado obtido tem o direito de apresentar recurso ao Diretor da Autarquia, nos prazos e condições estabelecidos no RSAE.

7 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1 – Compete privativamente ao DAEB operar e executar reparos e modificações nas canalizações e instalações do serviço público do abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme previsto no RSAE; 7.2 – Não é permitida qualquer intervenção no ramal predial de água antes do hidrômetro e até a última conexão do quadro, bem como no ramal predial de esgoto; ficando o infrator sujeito à multa prevista na tabela de infrações; 7.3 – O DAEB poderá condicionar a ligação, religação, alterações contratuais ou contratação de fornecimentos especiais, solicitados por quem tenha quaisquer débitos, à quitação ou ao parcelamento de débitos; 7.4 – Enquanto o imóvel de qualquer usuário não possuir equipamento de medição – hidrômetro, a este imóvel deve ser atribuído o Serviço Básico correspondente a sua categoria de consumo e de acordo com a atividade desenvolvida no mesmo, mais a tarifa correspondente ao consumo máximo na primeira faixa de consumo; 7.5 – Eventual omissão do presente regular-se-á pela legislação aplicável, bem como pelo RSAE.

8 – DO FORO.

Fica eleito como foro para dirimir eventuais questões resultantes deste contrato a comarca onde está localizado o imóvel.

Bagé, RS, 25 de março de 2019.

DAEB

VINTE E CINCO GAC - FUNDOS

Alcides Costarelli A. F.
DIRETOR ADJUNTO
MAT. 1.[illegible]

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 90
25º GAC SAL

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**90.940.172/0001-38**	DUNS®:	**914229257**
Razão Social:	**DEPARTAMENTO DE AGUA, ARROIOS E ESGOTO DE BAGE**		
Nome Fantasia:	**DAEB**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/10/2024**
Natureza Jurídica:	**AUTARQUIA MUNICIPAL**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Sem Informação		
FGTS		Validade:	**29/07/2024**	**Automática**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**14/12/2024**	**Automática**

CPF: 157.XXX.XXX-24 Nome: LEONARDO ALENCAR SILVA PIMENTEL

Ass: _____

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 92
25º GAC - SALC

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **DEPARTAMENTO DE AGUA, ARROIOS E ESGOTO DE BAGE - DAEB**

CPF/CNPJ: **90.940.172/0001-38**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:20:16 do dia 15/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: XWNP150724112016

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 93 25º GAC SALC

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **DEPARTAMENTO DE AGUA, ARROIOS E ESGOTO DE BAGE**

CPF/CNPJ: **90.940.172/0001-38**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:21:05 do dia 15/07/2024 , com validade até o dia 14/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: SRsgdlI5NAdDwxEnb3Nj

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 94
25º GAC SALC

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (15/07/2024 às 11:20) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 90.940.172/0001-38.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6695.3012.5E34.2202 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 95
25º GAC. SALC

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DEPARTAMENTO DE AGUA, ARROIOS E ESGOTO DE BAGE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 90.940.172/0001-38
Certidão nº: 49116204/2024
Expedição: 15/07/2024, às 11:19:46
Validade: 11/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DEPARTAMENTO DE AGUA, ARROIOS E ESGOTO DE BAGE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.940.172/0001-38, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

EXÉRCITO BRASILEIRO
FL 91
25º GAC SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(CMS – 6ª DE – 3 BDA C MEC)
Grupo Leite de Castro

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE FORNECEDOR

NUP: 64556.002877/2024-17

1. Razões da escolha é a Lei nº 5.625, de 18 de julho de 2016, a qual dispões sobre as diretrizes municipais para serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no âmbito do Município de Bagé.

2. Inciso I e Caput do Art. 74, da Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos."

3. A determinação do prazo está em acordo com a Orientação Normativa AGU no 36/2011

> "A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, **água e esgoto**, serviços postais monopolizados pela ect (empresa brasileira de correios e telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."

4. A proposta apresentada pelo Departamento de Água e Esgoto de Bagé, CNPJ – 90.940.172/0001-38, atende as necessidade do 25º Grupo de Artilharia de Campanha.

5. A sobredita empresa encontra-se em dia com suas obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, conforme certidões acostada nos autos deste processo.

Bagé-RS, 09 de julho de 2024.

MARCELO DA SILVA MÜLLER – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 25º GAC

EXÉRCITO BRASILEIRO FL 96 25º GAC/SALC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O 12º BE Cmb Bld encerra o Contrato Nº 05/2023. Contratante: 12º BATALHAO DE ENG. DE COMBATE BLINDADO. Contratado: 97.546.477/0001-09 MUDABEM MUDANCAS E TRANSPORTE. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE NACIONAL DE BAGAGEM. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 29/11/2023 a 07/03/2024. Valor Total: R$ 60.500,00. Data de Assinatura: 16/07/2024.

4º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2024 - UASG 160447

Nº Processo: 65307007371202407. Objeto: Aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais para realizar manutenções preventivas e corretivas em aparelhos de ar-condicionado. . Total de Itens Licitados: 61. Edital: 17/07/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Endereço: Rua 2.batalhao Rodoviario,sn *, Conta Dinheiro - Lages/SC ou https://www.gov.br/compras/edital/160447-5-90024-2024. Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/07/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:

HUDSON MACHADO MOREIRA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 16/07/2024) 160447-00001-2024NE000001

6ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

3ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA

25º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90001/2024 - UASG 160361

Nº Processo: 64556002877202417 . Objeto: Inexigibilidade de Licitação nº 01/2024 referente a prestação de serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto pela empresa Departamento de Água e Esgoto de Bagé. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 30º, inciso II da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 . Justificativa: Lei Municipal 5.625 Art. 4º - Compete ao DAEB exclusividade no serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto. Declaração de Inexigibilidade em 11/05/2024. LEONARDO ALENCAR SILVA PIMENTEL. Ch da Seção de Contratos. Ratificação em 11/07/2024. MARCELO DA SILVA MULLER. Ordenador de Despesas. Valor Global: R$ 120.000,00. CNPJ CONTRATADA : 90.940.172/0001-38 DEPARTAMENTO DE AGUA, ARROIOS E ESGOTO DE BAGE.

(SIDEC - 16/07/2024) 160361-00001-2024NE000001

3º BATALHÃO LOGÍSTICO

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O 3º Batalhão Logístico, torna público que realizará no dia 29 de julho de 2024, às 14:00 horas, uma Audiência Pública, presencialmente no 3º Batalhão Logístico, localizado na Rua Vinte de Setembro, nº 1055 - Centro, Bagé/RS - CEP 96400-050, que tem com o objetivo apresentar e debater com o público, colhendo da sociedade, sugestões, opiniões e interesses acerca da destinação do Imóvel Gleba - Campo de Polo, situado na Rua Sargento Otacílio Pereira, Vila Floresta, no município de Bagé/RS, com área total (aproximada) de 84.702,49 m² (lote único), avaliado (valor médio) em R$ 5.364.000,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro mil reais). O Edital de convocação, estara disponível no site do 3º B Log (https://3blog.eb.mil.br/) e poderá ser solicitado pelo e-mail salc@3blog.eb.mil.br.

TEN CEL - FABRÍCIO MOURA DE FARIAS
Comandante do 3º B Log

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Memorando de Entendimento nº 19-DCT-001-00. Partícipes: a União, por intermédio do Comando do Exército, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), CNPJ nº 00.394.452/0534-87, sede no QGEx, SMU, Brasília, DF; e, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), CNPJ nº 48.031.918/0001-24, com sede na cidade de São Paulo - SP, rua Quirino e Andrade, nº 215, Centro, CEP 01049-010, Objeto: prorrogar o prazo de vigência do instrumento formalizador em 60 (sessenta) meses e ajustar, no Plano de Trabalho, o cronograma de execução.. Vigência: de 15 JUL 19 a 15 JUL 29. Data de Assinatura: 9 JUL 24. Signatários: Gen Ex ACHILLES FURLAN NETO- Ch DCT; e Prof Dr PASQUAL BARRETTI- Reitor da UNESP.

CENTRO DE AVALIAÇÕES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2024 - UASG 160237

Número do Contrato: 2/2024.
Nº Processo: 64197.005554/2023-21.
Pregão. Nº 14/2023. Contratante: CENTRO DE AVALIACOES DO EXERCITO. Contratado: 29.973.823/0001-85 - CALESMON ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 02/2024 por mais 30 (trinta) dias, a partir de 22/07/2024 até 20/08/2024, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da lei nº 14.133, de 2021.. Vigência: 22/07/2024 a 20/08/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 298.900,00. Data de Assinatura: 05/07/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/07/2024).

CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 160051

Número do Contrato: 10/2022.
Nº Processo: 64222.015960/2022-66.
Pregão. Nº 9/2021. Contratante: CENTRO INTEGRADO DE TELEMATICA DO EXERCITO. Contratado: 04.443.961/0001-21 - COMERCIO E NAVEGACAO PRATES LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 10/2022-citex, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 30/06/2024 a 29/06/2025, nos termos do art. 57, inciso II, da lei n.º 8.666, de 1993.. Vigência: 30/06/2024 a 29/06/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 665.253,00. Data de Assinatura: 14/06/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 14/06/2024).

DIRETORIA DE FABRICAÇÃO
ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Por se encontrar em endereço incerto e/ou não encontrado, o 2° ten Pedro Lucas Dos Santos responsável pelo ofício nº 64004.002656/2024-95, gerado pela entrega de material defeituoso referente a Nota de Empenho n° 2023NE117, do Pregão Eletrônico n° 8/2022 UASG 160473, vem por meio desta publicação, NOTIFICAR a empresa ARGOS LTDA, CNPJ: 42.262.411/0001-03, para que remeta, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação desta notificação, a justificativa, se houver, da entrega do item 069 - Fritadeira, em condições defeituosas, da Nota de Empenho n° 2023NE117. O recebimento do material não significa que a empresa está liberada de suas obrigações com relação à nota de empenho supracitada.

Ressalto ainda, que, caso a justificativa não seja aceita por esta Direção, serão aplicadas as medidas administrativas cabíveis conforme prevê o artigo 87 da Lei 8666/93.

CARLOS FREDERICO DE MATOS CHAGAS
Diretor do Arsenal de Guerra do Rio

ARSENAL DE GUERRA DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2024 - UASG 160529

Nº Processo: 64005003660202461. Objeto: Contratação de serviço de pintura e tratamento para obuseiros L118 Light Gun e M56 Oto Melara, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, em anexo.. Total de Itens Licitados: 12. Edital: 17/07/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Rodovia Marechal Rondon, Km 29 - Centro, Centro - Barueri/SP ou https://www.gov.br/compras/edital/160529-5-90025-2024. Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 31/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

VITOR LEITE GONZALEZ
Chefe da Seção de Aquisições Licitações e Contratos

(SIASGnet - 16/07/2024) 160529-00001-2024NE000999

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2024 - UASG 160525

Nº Processo: 64299.024268/2023-16.
Concorrência Nº 2/2023. Contratante: ESCOLA DE FORMACAO COMPLEMENTAR DO EXERCITO.
Contratado: 32.418.539/0001-51 - LS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Objeto: Contratação de obra de engenharia para adequação do pavilhão almirante tamandaré, nas condições do termo de referencia. Vigência de 720 (setecentos e vinte dias).
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: II. Vigência: 10/06/2024 a 31/05/2026. Valor Total: R$ 3.800.000,00. Data de Assinatura: 10/06/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 16/07/2024).

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MILITAR
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024 - UASG 160249

Nº Processo: 64000027990202491. Objeto: Aquisição de Óleo Combustível BPF para os serviços de aprovisionamento da Academia Militar das Agulhas Negras.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 17/07/2024 das 08h00 às 11h45 e das 13h30 às 16h50. Endereço: Rodovia Presidente Dutra, Km 306 - Resende/rj, Independência - Resende/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160249-5-90026-2024. Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/07/2024 às 09h40 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Havendo divergência de informações contidas no sistema, prevalecerão as informações do Edital e seus anexos..

CESAR DA SILVA SANTOS
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 16/07/2024) 160249-00001-2024NE000001

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 2/2024 - EM

O Estado-Maior do Exército (EME) torna público que realizará a Consulta Pública nº 02/2024 - EME, no período de 1º de agosto a 1º de novembro de 2024, que tem como objetivo diligenciar os mercados nacional e internacional acerca da capacidade de fornecimento de Viaturas Blindadas de Combate de Fuzileiros e Viaturas Blindadas de Combate Carro de Combate, por meio do Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas (Prg EE F Bld) e, ainda, realizar pesquisa de preços.

O edital poderá ser baixado, a partir do dia 1º de agosto de 2024, da página eletrônica http://www.epex.eb.mil.br ou, em caso de indisponibilidade da página, ser solicitado pelo e-mail epex.fbld@eme.eb.mil.br. Para fins de habilitação, os anexos ao edital deverão ser preenchidos pelas empresas interessadas até 8 de agosto de 2024 e remetidos para o e-mail citado anteriormente.

GEN BDA MARCELO ROCHA LIMA
Chefe do Escritório de Projetos do Exercito

SECRETARIA-GERAL
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 160186

Número do Contrato: 20/2022. Nº Processo: 65304.016771/2021-82.
Pregão. Nº 4/2021. Contratante: BASE ADMINISTRATIVA DO QGEX. Contratado: 02.479.932/0001-94 - NORTFORT COMERCIO E SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 20/2022, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 25/07/2024 a 24/07/2025, nos termos do art. 57, inciso II, da lei n.º 8.666, de 1993 e reajustar o valor do contrato nº 20/2022 de acordo com o índice ipc-a (ibge) acumulado no período de junho de 2023 a maio de 2024 com o percentual de 3,925950 %. Vigência: 25/07/2024 a 24/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 289.135,54. Data de Assinatura: 10/07/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 16/07/2023).